



# BOLETIM INFORMATIVO

**DIAGNÓSTICO SOCIAIS NO SUAS: UMA PROPOSTA  
METODOLÓGICA PARA ESCUTA QUALIFICADA DE  
POPULAÇÕES TRADICIONAIS E APERFEIÇOAMENTO DA  
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, UMA EXPERIÊNCIA  
COM OS RIBEIRINHOS DO BAIXO-MADEIRA.**

Vigilância Socioassistencial  
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do  
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador do Estado de Rondônia

**LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS**

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

**BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO**

Diretor Técnico de Políticas Públicas

**FABIANE APARECIDA PASSARINI**

Coordenadora Estadual de Assistência Social

**NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO**

Gerente da Gestão do SUAS

**Equipe da GSUAS**

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

**Equipe de elaboração**

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Pesquisa, Elaboração e Redação

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Editoração

## Sumário

|                                                                                  |           |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Introdução.....</b>                                                        | <b>4</b>  |
| <b>2. A formação histórica das comunidades ribeirinhas no baixo madeira.....</b> | <b>9</b>  |
| <b>3. Das dinâmicas territoriais do Baixo Madeira.....</b>                       | <b>16</b> |
| <b>4. Da oferta de políticas públicas e serviços essenciais.....</b>             | <b>22</b> |
| <b>5. Das organizações sociais do Baixo Madeira.....</b>                         | <b>26</b> |
| <b>6. Informações dos domicílios e das famílias.....</b>                         | <b>29</b> |
| <b>7. Caracterização socioeconômica.....</b>                                     | <b>36</b> |
| <b>8. Das relações sociais ribeirinhas do Baixo Madeira.....</b>                 | <b>42</b> |
| <b>9. Da atividades produtivas e de subsistência no Baixo Madeira.....</b>       | <b>46</b> |
| <b>10. Um problema social da perspectiva dos moradores do Baixo Madeira.....</b> | <b>50</b> |
| <b>11. Da vulnerabilidade e dos riscos sociais.....</b>                          | <b>52</b> |
| <b>12. Conclusão.....</b>                                                        | <b>60</b> |
| <b>13. Referências Bibliográficas.....</b>                                       | <b>61</b> |

## 1. Introdução

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS) por meio da Vigilância Socioassistencial tem promovido a realização de pesquisa para compreensão das necessidades sociais e para o aperfeiçoamento do atendimento às populações pertencentes ao Grupos Tradicionais e Específicos (GPTE).

Os GPTEs se referem a segmentos da população que encontram-se em situação de marginalização e em maior medida expostos a riscos e vulnerabilidades sociais, o que justifica uma atenção cuidadosa no âmbito no Sistema Único de Assistência Social. Os componentes destes grupos geralmente vivem em situação de pobreza, possuem escasso acesso a serviços públicos e serviços essenciais (ex. água, saneamento básico, energia, transporte), ausência de políticas que levem em consideração as particularidades socioculturais e sofrem com estigmas ou preconceitos devido a sua condição social.

A realização de pesquisas com essas populações é essencial para o aperfeiçoamento de políticas públicas e a realização de um atendimento que respeite suas especificidades de forma a contribuir com estratégias mais efetivas no âmbito da política de assistência social. Nos termos da Política Nacional de Assistência Social (2004): *“Por sua vez, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência”*.

Atualmente, conforme o Caderno de Orientação Diversidade no Cadastro Único, o CadÚnico reconhece 15 tipos de famílias incluídas na categoria GPTE, que são: indígenas, quilombolas, ciganos, pertencentes a comunidades de terreiro, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, acampados rurais, agricultores familiares, beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, atingidos por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável e pessoas em situação de rua.

No âmbito da política de assistência social a população ribeirinha se enquadra enquanto Grupo Tradicional e Específico (GPTE) conforme o artigo 5º, inciso V, do Decreto nº 11.016/2022, que define os grupos tradicionais e específicos como: “[...] grupos, organizados ou não, identificados pelas características socioculturais, econômicas ou conjunturais particulares e que demandam estratégias diferenciadas de cadastramento no CadÚnico”.

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) utiliza a seguinte definição de Família Ribeirinha:

Populações tradicionais que residem em pequenas comunidades ou isoladas, às margens ou nas proximidades dos rios, se caracterizam por ter como principal atividade de subsistência a pesca e por praticar a agricultura de subsistência, com a criação de animais de pequeno porte e extrativismo vegetal. (BRASIL, s.d).

No Caderno Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir - (2023), apresenta os GPTEs agregados em categorias como: origem étnica, relação com o meio ambiente, relação com o meio rural e situações conjunturais.

Os ribeirinhos foram inseridos na categoria “relação com o meio ambiente” definida como

Comunidades tradicionais cuja subsistência é baseada nos recursos oferecidos pela natureza, sejam florestas, rios, manguezais, mar ou outros ambientes similares. Essa população também pode praticar agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, em regime de economia familiar. Devido às suas características comuns, os grupos de relação com o meio ambiente podem se sobrepor. Assim, cabe à família escolher em qual categoria deseja ser identificada. (BRASIL, 2023, p.8)

É importante destacar que a população ribeirinha também se enquadra na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos termos do Decreto nº 6.040/2007, artigo 3º, inciso I deste decreto define:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, art. 3º, I).

Desse modo a população ribeirinha é um grupo culturalmente diferenciado que possui uma forma particular de organização social. Por isso, é importante que a oferta de política pública atente-se às especificidades com objetivo de promover e garantir direitos de forma mais efetiva, pois esses grupos tendem a ser marginalizados por possuírem um modo de vida diferente da sociedade moderna.

A política de assistência social tem produzido importantes normativas para o reconhecimento de direitos dos grupos tradicionais e específicos, conforme apresentado anteriormente. Atualmente é necessário avançar na política e desenvolver o trabalho social especializado para esses grupos respeitando suas especificidades e particularidades, além de também pensar estratégias para o etnodesenvolvimento das comunidades, respeitando seus valores e a sustentabilidade do modo de vida tradicional. Desse modo, a realização de pesquisas diagnósticas representa um importante marco, pois oferecerá subsídios técnicos na criação de estratégias para o atendimento dos segmentos tradicionais da população demandatária da política de assistência social e outras políticas

públicas.

Este diagnóstico social visa apresentar algumas dinâmicas culturais, sociais e econômicas das comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira. Através da abordagem sociológica, a pesquisa busca compreender as necessidades locais e como essas comunidades se adaptam às mudanças sociais, ambientais e econômicas, preservam suas tradições culturais e enfrentam desafios sociais. É importante frisar que esse relatório tem como principal fonte os dados primários coletados no trabalho de campo realizado na região do Baixo Madeira de 28/07/2024 a 03/08/2024, em meio ao período de seca em meio a situação de Crise Hídrica, dados secundários em base de dados (ex. CadÚnico, IBGE e etc). Esse trabalho tem um caráter experimental e exploratório, busca analisar informações quantitativas, qualitativas e de desenvolver questões teóricas e metodológicas que possam contribuir na elaboração de futuros diagnósticos sociais de comunidades tradicionais.

Dentre as principais noções que contribuíram para análise do conjunto de fenômenos sociais, encontram-se:

O **território conjuga** a noção de espaço e relações sociais e identidades. Conforme o Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial:

O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades e vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. Como consequência desta perspectiva, é necessário que o território em si também seja encarado como objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos. (MDS, 2013, p. 12)

Como pode-se verificar, o conceito de território nos termos apresentados pelo caderno de orientações técnicas é amplo, e observando por uma perspectiva metodológica é necessário operar um recorte. Desse modo, o território no presente trabalho é compreendido como a organização espacial e seus respectivos significados sociais para a população local.

A **estrutura social**, enquanto concepção que ressalta o conjunto agregado de relações sociais e as interações entre humanos e não humanos, formam uma rede que se organiza de forma contínua sobre o território, e permite a produção e reprodução da vida social. No presente caso, o sistema ribeirinho não se limita a uma comunidade, mas a rede existente entre elas, conectadas pelo território, confirmada por meio da interação constante e de diferentes ações sociais realizadas pelos próprios ribeirinhos e/ou atores externos. O sistema social é dinâmico, adaptável e complexo, para fins da análise do presente diagnóstico será realizado a

descrição de elementos que ajudem caracterizar as dinâmicas do sistema social ribeirinho, incluindo-se: Atividades de subsistência e produção, relações de produção, família e pessoa.

**Atividades de subsistência e produção** trata-se do modo de organização das atividades produtivas e as relações de produção estabelecidas no território. As atividades produtivas das populações ribeirinhas possuem estreita relação com o meio ambiente, pois realizam trabalhos específicos conforme épocas e estações, há uma temporalidade cíclica na qual organizam o calendário anual de produção, sendo sensíveis a mudanças socioambientais que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Compõem esta categoria a noção de trabalho enquanto um dos aspectos fundamentais da vida, compreendido como a atividade que transforma a natureza para sua manutenção da vida humana. Nessa perspectiva, o trabalho não se reduz ao emprego formal, mas a um tipo de ação que encontra sentido a partir da interação intersubjetiva, sendo também um fator de coesão e conflitos na rede de relações sociais no território.

A **família**, em respeito a diretriz estruturante da política de assistência social conforme NOB-SUAS e a matricialidade sociofamiliar que considera a família como núcleo central de proteção social. De uma perspectiva sociológica, a família é também uma importante categoria de análise, podendo ser compreendida como a instituição social responsável pela socialização primária. É formada por relações de parentescos, seja consanguíneo ou afetivos, responsáveis por inserir o indivíduo no ambiente social. A família pode ter diversas configurações e é capaz de representar uma rede de apoio ou também um fator vulnerabilidade, quando os laços se encontram fragilizados ou há violação de direitos em seu âmbito.

A **pessoa** é compreendida enquanto produto das relações sociais e práticas simbólicas. Os sujeitos no campo social dão sentidos para suas existências a partir das relações, valores e sentidos de ser no território que constroem suas identidades.

Dentre outras categorias de análise do presente diagnóstico chamamos atenção para os seguintes conceitos:

**Problema social** enquanto uma situação ou conjuntura que chame atenção de um número de observadores em uma sociedade, como algo a necessitar soluções ou reajuste a partir de ações sociais (Nogueira apud Mash, 1959, p. 416). Conforme o sociólogo Oracy Nogueira (1959): *“Dest’arte, o problema social envolve a consideração tanto de condições materiais, objetivas ou de fato quanto a definição da situação por aqueles a quem a mesma afeta”*. São problemas que interferem diretamente no sistema social, vistos como problemas compartilhados com a coletividade que necessitam de intervenção da sociedade.

**Vulnerabilidade social** é a condição de fragilidade de uma pessoa e/ou família a partir de fatores que podem levar os sujeitos a exclusão social, deixando-os mais expostos a fatores de risco e a dificuldade de resistir a eventos adversos. Ex: O difícil acesso a serviços básicos ou famílias em situação de pobreza e ausência de renda. Conforme Ximenes (2010):

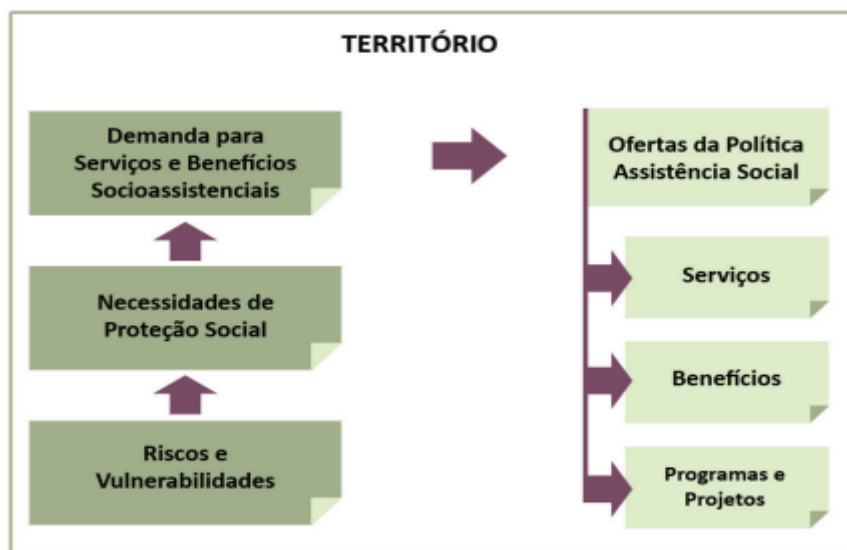
Vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. As desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade. (XIMENES apud KAZTMAN, 2010, p.1).

A vulnerabilidade, nesse sentido, tem como enfoque a *condição fragilizada* que expõe um indivíduo a riscos pessoais, sociais, ambientais e etc.

**Risco social** é a probabilidade de ocorrência de eventos que podem impactar negativamente sujeitos ou comunidades, que devem ser prevenidos e enfrentados. É importante salientar que a situação de vulnerabilidade social pode ser intensificar os efeitos negativos do risco social e a maior proteção social pode mitigar a ocorrência de eventos adversos. Ex. Violência intrafamiliar, abuso de álcool e drogas, desastres ambientais.

Sendo assim, o presente diagnóstico social tem como base a compreensão do funcionamento da organização social no território, pois assim é possível o entendimento das dinâmicas que influenciam ou mitigam os riscos e vulnerabilidades sociais. Ainda que o diagnóstico social tenha se baseado em um período específico, a maior parte das vulnerabilidades e riscos sociais identificados são contínuas. Porém, com o desenvolvimento metodológico para pesquisas com populações tradicionais, será possível encontrar especificidades associadas às dinâmicas territoriais. A metodologia proposta complementa o ciclo de análise do território proposto no Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, conforme pode-se analisar no quadro abaixo:





**Figura 1.** Caderno de Orientações Técnicas Vigilância Socioassistencial.

Importante salientar que neste diagnóstico social de Grupos Tradicionais e Específicos (GPTE), realizado no âmbito da vigilância socioassistencial, é baseado em levantamento exploratório, que além de cumprir o objetivo de ser um meio de compreender as vulnerabilidades e riscos sociais, busca o desenvolvimento metodológico para realização de pesquisas com populações vulneráveis no âmbito da política pública de assistência social. Desse modo, o presente trabalho além de tratar de dados e informações próprias de um diagnóstico social, busca apresentar e desenvolver aportes teóricos e metodológicos para realização do desenvolvimento de trabalhos futuros. A proposta técnica de elaboração de um diagnóstico social objetiva realizar um levantamento sistemático sobre a realidade social da população ribeirinha no recorte territorial e suas respectivas necessidades sociais. Para isso, pretende-se compreender como está organizado o território e as dinâmicas sociais ribeirinhas, bem como de que forma os problemas sociais afetam a organização social. Posteriormente, será realizada uma análise de vulnerabilidades e riscos sociais por meio da construção de uma matriz, com a proposição de recomendações para o fortalecimento do território.

## **2. A formação histórica das comunidades ribeirinhas no baixo madeira.**

A região geográfica do baixo madeira rondoniense se estende da foz do Jamari, região do distrito de São Carlos até o distrito de Calama, na comunidade de Maicy que se encontra a divisa com o estado do Amazonas, abrangendo o Distrito de Demarcação que se localiza no Rio Machado e outras localidades adjacentes como o Lago do Cuniã e Gleba Rio Preto.

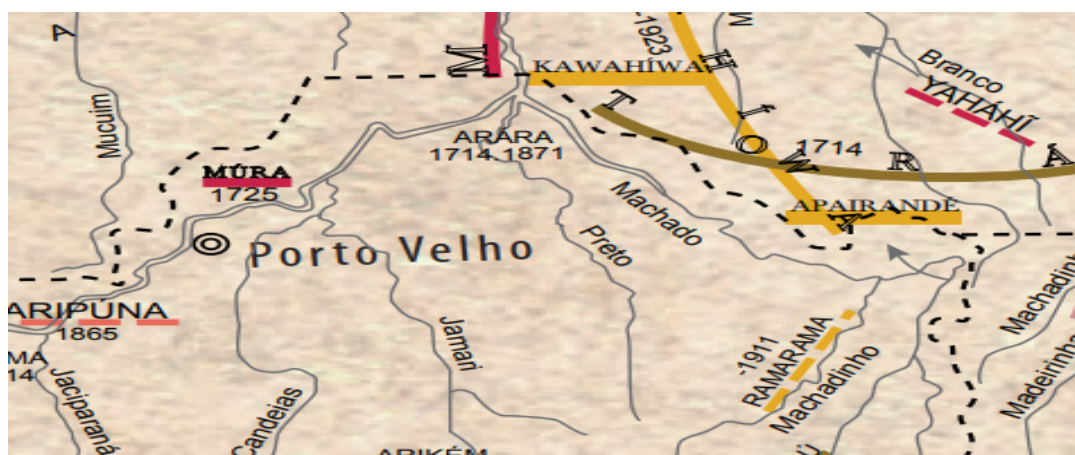


**Figura 2.** Localização das Comunidades do Baixo Madeira:

<https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2020/09/25882/1601646176distritos-pvh.pdf>

O histórico de ocupação humana remonta aos primeiros caçadores e coletores que passaram pela região deixando vestígios arqueológicos que datam aproximadamente 10.000 A.P. Sendo assim, o rio Madeira se insere nas dinâmicas socioculturais do território amazônico com grande diversidade biológica e cultural. Situado na grande planície amazônica, populações de caçadores e coletores transitavam pela região, de onde provieram uma multiplicidade de povos, como os grupos de língua Tupí que se dispersaram posteriormente para todo o território brasileiro.

Na pré-história, a região amazônica serviu como um centro de difusão cultural para outras partes do território brasileiro, como o caso de alimentos domesticados (ex. Milho, Mandioca) e cultura material (ex. Cerâmica). Diversas fontes históricas e arqueológicas apontam que a região do baixo madeira possui ocupação humana muito mais antiga, geralmente em áreas próximo a foz dos rios ou em terras firmes localizadas circunvizinhas à área várzea, tendem ser territórios com padrões de assentamento convergentes, propícios a maior facilidade de manejo dos recursos naturais, sendo notável que ainda na atualidade muitas comunidades estão assentadas nessas áreas (NEVES, 2006) .



**Figura 3.** Mapa de Curt Nimuendaju.

Importante destacar os povos indígenas que viveram na região do baixo madeira no período anterior a formação das comunidades ribeirinhas, pois foram os conhecimento e práticas culturais destes povos que contribuíram para formação destacam-se:

- O povo Mura viveu na região da foz do Rio Jamari, nas proximidades do Distrito de São Carlos e Nazaré, muito provavelmente possuíam contato com outros povos como os Karitiana (Arikém) do Rio Jamari e os Karipuna à oeste de Porto Velho. O contato histórico desse povo remonta às missões jesuíticas no Rio Madeira, atualmente no estado de Rondônia há alguns poucos remanescentes que sobreviveram a séculos de violência e ocupação do território.
- Os Kawáhib ou Kawahíwa, conhecidos também como Parintintin, viviam na região da foz do Rio Machado até o Mayci, na região onde se encontra o distrito de Calama. Conforme informações coletadas em campo, há ainda alguns remanescentes desse povo na localidade do Mayci. Curt Nimuendajú documentou que esse povo possuía contato com os Mura, Mura Pirahã, Torá e Matanawí do Madeira.
- Os Arara Karo viveram na região do Rio Preto, onde atualmente se localiza a Gleba Rio Preto, nas adjacências do Distrito de Demarcação. Esse povo teve ocupação mais ao sul em outros afluentes do Rio Machado. Seus inimigos tradicionais eram os Gavião Ikolen. Com os quais atualmente compartilham o espaço na T.I. Igarapé Lourdes.

Por mais que atualmente não tenham terras indígenas demarcadas na região, houve a presença de povos originários por milênios, contribuindo para o processo de formação do território. Durante o levantamento de campo, poucos entrevistados relataram conhecer as histórias desses antigos habitantes no processo de formação das comunidades ribeirinhas. Dos povos citados, muitos

foram remanejados para outras regiões, subsistindo poucos remanescentes que se identificam com os indígenas. Entretanto muitos saberes e práticas socioculturais dos povos originários permanecem vivas no dia-a-dia das comunidades e parte integrante de *ser ribeirinho*:

Historicamente, as populações indígenas na Amazônia experimentaram o processo de conquista e colonização do Estado português, processo esse no qual a integração entre os agentes se deu a partir da “modelagem” étnica realizada dentro dos aldeamentos onde os ameríndios eram catequizados e ensinados a falar a Língua Geral, o Nheengatu, e, posteriormente, nas vilas dos colonos, onde eram integrados ao projeto civilizatório-cristão, **processos que contribuíram para o “surgimento” do perfil social da população que habita hoje as margens dos rios desses antigos espaços** [grifei] (NETO, 2015 apud ARENZ, 2000).

A maior parte das comunidades do Baixo Madeira foram formadas desde os Ciclos da Borracha a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, as áreas antes ocupadas e utilizadas pelos povos indígenas, tornaram-se propriedades privadas pertencentes a seringalistas e/ou funcionavam como vilas que serviam como ponto de apoio logístico aos seringais. O que gerou muitos conflitos com as populações originárias, desde a violência, o extermínio, a miscigenação, o recrutamento como mão-de-obra até a iniciativa voluntária dessas populações pelo isolamento da frente extrativista da Amazônia.

Com o avanço do capital na Amazônia e a respectiva instalação de modo de produção extrativista, ramificado no território, novos sujeitos passaram a circular pela região, como os retirantes nordestinos e outras populações migrantes (peruanos, bolivianos e pessoas de outras regiões da província) que passavam a se inserir nas dinâmicas socioambientais regionais como seringueiros, visando a extração de látex, caucho, sorva, sorvinha, copaíba, castanha e outros. Para isso passavam pelo processo de socialização às dinâmicas ambientais da amazônia por meio dos diversos saberes e conhecimentos tradicionais do território que foram sendo absorvidos pela nova organização social que se instalava na região.

Nesse período, as relações entre seringalistas e seringueiros não se limitavam a uma simples relação de patrão/empregado com vista a extração de produtos da floresta, pois os trabalhadores construía suas casas dentro dos seringais com o consentimento dos patrões e no tempo livre realizavam outros serviços sob a orientação desses, como trilhas, caminhos, limpeza, construções, plantações, abertura de áreas e da infraestrutura básica dos seringais. Importante salientar que além das atividades na produção, os trabalhadores também realizavam outras atividades de subsistência como a caça, pesca, agricultura, criação de pequenos animais, extração de frutos, plantas e madeira.

Por outro lado, o acesso dos seringueiros aos bens de consumo e ferramentas de trabalho ocorria através do sistema de aviamento. Nesse sistema os seringalistas compravam os produtos de mascates para o seus barracões, onde os seringueiros possuíam “crédito” do qual poderiam adquirir os bens cujo valores

seriam descontados sobre a parte da produção extrativista do seringueiro. Criando um sistema de adiantamento de crédito e dívida que não costumava ser quitada, comumente gerando um vínculo dos seringueiros com seus patrões marcada pela relação de exploração e dependência.

O poder de barganha dos seringalistas também era reduzido junto aos comerciantes advindos dos centros urbanos, pois dependiam dos produtos e para acessá-los negociavam sua produção abaixo do valor de mercado e vendiam seus produtos superfaturados aos seringueiros como meio de recompensar os gastos. Desse modo, as relações de produção estabelecidas no território amazônico era de um tipo de exploração com efeito cascata, não serviam apenas a propriedade privada dos seringalistas, mas se vinculavam aos interesses do capital comercial dos centros urbanos da Amazônia (Manaus e Belém) e do setor industrial estrangeiro, formando um padrão de acumulação do capital no território a partir do aproveitamento da condição vulnerável dos seringueiros e dos pequenos seringalistas.

A partir de meados do século XX, o látex e outros produtos, foram perdendo seu valor de mercado e a ausência de incentivo para continuidade da produção em larga escala levou ao encerramento da referida atividade extrativista, esse fato acarretou o fim dos seringais. Ainda hoje é possível encontrar alguns moradores que trabalham com o extrativismo florestal, mas é um tipo de trabalho que ocorre de forma muito incipiente em comparação com a época áurea da borracha. Mesmo com o encerramento do ciclo econômico, as populações remanescentes continuaram a viver na região e reproduzir um modo de vida próprio, enfrentando e se adaptando às transformações socioeconômicas, políticas e ambientais. São essas populações remanescentes que atualmente são conhecidas como ribeirinhas ou “beradeiros” enquanto herdeiras desses processos históricos. Desde o encerramento deste ciclo econômico o território do Baixo Madeira passou a ser o palco de outras disputas socioambientais e do avanço de novos ciclos socioeconômicos. Essas transformações têm como marco os diversos processos sociais que ocorreram a partir do segundo meado do século passado, como será apresentado a seguir.

A expansão da fronteira agrícola para o território amazônico impulsionado pelo governo federal que visava a formação de assentamentos rurais na Amazônia Ocidental. A partir da década de 1960 iniciou uma migração massiva para a região, os assentamentos governamentais não eram suficientes para a demanda por terra, o que provocou o início de um processo social de busca por terras devolutas, desencadeada pelos novos moradores da região que passaram a formar diversas propriedades rurais no território. Esse fato, gerou uma grande repercussão cujo efeito foi um movimento de pressão política que desembocou no condicionamento da garantia de recursos financeiros ao estado à criação de unidades de conservação (ex. Polonoroeste, Planaflores).

Desse modo, as áreas das comunidades ribeirinhas após o encerramento do ciclo econômico passaram por um breve período de “esquecimento”, mas continuaram habitadas pela população remanescente que seguiram subsistindo por meio do modo de vida tradicional. Com o avanço da fronteira agrícola, muitas áreas passaram a ser propriedades rurais ou até mesmo locais onde formaram-se centros urbanos em Rondônia, enquanto outros territórios comunitários tornaram-se parte de unidades de conservação. Estas áreas atualmente sofrem pressões socioambientais diante da desenfreada procura de terras na amazônia. Principalmente as unidades de conservação da margem direita do Rio Madeira e das duas margens do Machado vem sofrendo sistematicamente invasões cujo efeito direto é o desmatamento e queimadas, impactando negativamente na qualidade de vida da população ribeirinha e os recursos naturais do qual dependem para reprodução do modo de vida tradicional.

Entretanto é necessário destacar que o espaço do Baixo Madeira está organizado em seu entorno em áreas públicas com potencial para o manejo sustentável e o uso comunitário dos recursos naturais. Das áreas de preservação e conservação que se encontram no entorno das comunidades ribeirinhas destacamos, conforme painel do Instituto Socioambiental:

- Estação Ecológica do Cuniã com 189.661,00ha.
- Reserva Extrativista do Lago do Cuniã com 74.659,00ha.
- Floresta Nacional de Jacundá com 220.644,00ha.
- Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Madeira com 51.856,00ha.
- Floresta Extrativista Rio Preto Jacundá com 1.055.000,00ha.
- Floresta Nacional Humaitá com 468.790,00ha.
- Reserva Estadual de Rendimento Sustentável Rio Machado com 175.781,00ha.
- Estação Ecológica Soldado da Borracha com 178,948.00ha.

Outros processos sociais significativos se referem à moderna garimpagem de ouro no curso do Rio Madeira que se instalou a partir da década de 1970, período próximo da expansão da fronteira agrícola para o território rondoniense. Inicialmente de forma artesanal com bateias, logo se iniciou a exploração mineral com balsas e posteriormente dragas. Os garimpeiros se organizavam em equipes que realizavam o trabalho de forma associativa repartindo os frutos conforme as funções e propriedade dos equipamentos de mineração. Poderiam também ser contratados por empresas que começavam a operar com alto investimento de capital ou de forma autônoma e/ou parceria investindo na construção de uma balsa com os equipamentos necessários.

A estimativa é que em seu auge mobilizou cerca de vinte mil garimpeiros advindos de diferentes partes do Brasil (FONSECA, 2021). Além do impacto populacional que afetou não apenas a região do Baixo Madeira, mas todo curso do Rio, novos sujeitos começaram a influenciar as dinâmicas socioambientais a partir

do estabelecimento de relações com os moradores da região. Muitos ribeirinhos foram recrutados como mão-de-obra e seus conhecimentos sobre território passaram a ser aproveitados. Houve um impulso não só para o desenvolvimento de um comércio local, mas os produtos do modo de vida tradicional ribeirinho passaram a ser valorizados, como o: peixe, farinha, carne de caça e frutas. O que estimulou a economia local por um tempo, mas também gerou sérios problemas sociambientais, como aumento da violência, prostituição e a contaminação da água. Na contramão de algumas pesquisas, muitos ribeirinhos relataram que a contaminação da água por mercúrio é um mito sobre atividade garimpeira, o que torna a questão de caráter ambíguo, pois há o interesse local na consecução da atividade em antagonismo com o controle estatal sobre a atividade.

No final do século XX, a atividade garimpeira começou a desacelerar no curso do Rio Madeira, mas não deixou de ser atividade relevante economicamente, pois o ouro em comparação com outros produtos segue sendo atrativo. Hoje a extração mineral sem autorização é considerada ilegal, o que tornou a atividade da maior parte dos proprietários de balsas e dragas alvo de repressão policial. Assim, a atividade garimpeira ainda é realizada de forma incipiente se comparada com o períodos anteriores, mas navegando pelo rio é possível ainda encontrar algumas balsas dispersas que se arriscam na atividade garimpeira.

A exploração energética do Rio Madeira, iniciada com a construção da UHE Santo Antônio em 2008. Esse fato se insere na consciência dos ribeirinhos como um processo traumático que provocou diversos efeitos negativos por meio da interferência direta nos ciclos naturais. Dentre os relatos escutados em campo, encontra-se a desaceleração na correnteza do rio, interferência nos ciclos de cheias e vazantes, impacto negativo nas migrações de peixes, um maior aterramento e aumento das terras caídas, que impactam diretamente no manejo dos recursos naturais das comunidades tradicionais, conforme relatam os moradores da região.

Ademais, é possível indicar outros processos que atualmente avançam sobre a paisagem e passam a integrar no cotidiano das comunidades. Atividades que são legitimadas pelo estado, como a exploração hidroviária do rio, por exemplo, e também aquelas ilegais, como a exploração de madeira, caça ilegal e o tráfico de drogas.

Politicamente as comunidades do Baixo Madeira estão organizadas enquanto unidades administrativas (distritos e localidades) da capital rondoniense localizadas no entorno das unidades de conservação. Sendo assim, não são mais consideradas propriedades privadas, o que legitima um novo tipo de ação do estado para essas populações.

Dessa forma, a região do Baixo Madeira é composta por quatro distritos com suas respectivas localidades e população, conforme GeoPortal do Serviço Municipal de Informações Urbanas e Territoriais de Porto Velho:

- Distrito de São Carlos, e suas localidades: Terra Caída, Lago Cuniã, Araçá, Periquitos e Santa Luzia. População: 1.176 pessoas.
- Distrito de Nazaré, e localidades: Boa vitória, Araçatuba. Número de pessoas residentes. População: 607 pessoas.
- Distrito de Calama, e suas localidades: Cavalcante, Curiacas, Boa Hora, Tira Fogo, Santa Catarina, São José da Praia, Conceição da Galera, Papagaios, Firmeza, Terra Firme, Ressaca, Maicy. População: 2312 pessoas.
- Distrito de Demarcação e as localidades: Independência e Manoa. População: 845 pessoas.

As sedes dos distritos formam pólos urbanos de referência às localidades. Há geralmente uma infraestrutura básica nas sedes distritais, como: escola, posto de saúde e posto policial nas sedes distritais. Além de um maior fluxo no setor comercial com restaurante, pousada, mercado e transporte de passageiros ou carga. Portanto, ainda assim, a oferta de serviços públicos são ofertadas de forma precária. Entretanto, na sede dos distritos a base econômica continua sendo o manejo dos recursos naturais, mas contam em maior medida com uma minoria de pessoas que se dedicam com maior exclusividade ao comércio ou ao serviço público.

Por outro lado, nas localidades são formadas quase que exclusivamente por áreas residenciais e a maior parte da população se dedica especificamente às atividades de subsistência. No período do trabalho de campo, marcado pela crise hídrica, a agricultura foi a principal atividade observada nas comunidades, destacando a produção de: mandioca/macaxeira para farinha, banana e melancia.

### **3. Das dinâmicas territoriais do Baixo Madeira.**

De forma geral a organização social dos ribeirinhos é orientada a partir da interação com as dinâmicas socioambientais do território, principalmente a partir de períodos e ciclos específicos da natureza:

- a. Dinâmica do rio: o *“rio comanda a vida”* dessas populações, sua dinâmica não só influencia a organização das atividades produtivas nos espaços tradicionais, mas o acesso a bens ou serviços e a interação entre as comunidades conforme as condições de navegabilidade do rio (CAÑETE e CAÑETE, 2006).
  - Enchente (aprox. dezembro a fevereiro): ocorre quando o nível do rio começa aumentar em decorrência de fortes chuvas.
  - Cheia (aprox. fim de fevereiro a maio): ocorre quando as águas extrapolam o leito do rio e atinge seu limite máximo, formando igapós e inundando áreas de várzea.
  - Vazante (aprox. fim de maio a julho): com a baixa pluviosidade o rio começa baixar seu nível lentamente.



- Seca (aprox. agosto a novembro): Com a estiagem o rio atinge seus níveis mais baixos. Ao final desse período se inicia as chuvas e o ciclo retorna para o período de enchente.
- b. Dinâmica da chuva: A chuva além de completar o ciclo da água, causando o abastecimento de água nos lençóis freáticos e influenciando a dinâmica dos rios, impacta diretamente na organização das atividades produtivas das comunidades, como a agricultura.
  - Início das chuvas/transição(aprox. setembro).
  - Período das Chuvas (aprox. outubro a abril).
  - Início da estiagem (aprox. maio).
  - Estiagem (aprox. junho a agosto).
- c. Dinâmica de espécies: refere-se ao ciclo de vida dos animais, períodos de migração, desova e reprodução conhecidos pelos ribeirinhos e que influencia diretamente na organização das atividades produtivas.
  - Lagarta-parafuso-borboleta, conforme relatos dos moradores locais, ocorre nos igapós, ou, áreas de floresta que são alagadas com a cheia dos rios. As borboletas depositam seus ovos devido a disponibilidade de alimentos nessas áreas, formando lagartas e crisálidas (parafuso). Com o aumento do nível do rio, os peixes acessam essas áreas encontrando nesses insetos alimento disponível, além das frutas. Durante a ocorrência desse ciclo ecológico os igapós se tornam ótimos locais para atividade pesqueira.
  - Subida dos peixes (Piracema): movimento migratório dos peixes que seguem no contrafluxo da correnteza com objetivo de realizarem a desova e reprodução. Nesse período há um aumento significativo de peixes circulando nas áreas. Conforme informações dos ribeirinhos da localidade, os peixes que migram para o baixo madeira rondoniense são provenientes dos diversos rios, lagos e igarapés localizados principalmente no estado do Amazonas. Entre os saberes dos ribeirinhos estão até mesmo as rotas utilizadas pelos peixes.
  - Circulação de animais silvestres: Há períodos de maior circulação de animais silvestres nas proximidades das comunidades, o que torna as atividades, como a caça, mais ou menos propícia, conforme a época.
  - Outros Ciclos Vitais: Diante da limitação deste primeiro levantamento exploratório não foi possível descrever outras dinâmicas importantes aos ribeirinhos. Mas é importante o seu mapeamento para fins de compreensão da organização das atividades e saberes tradicionais dos ribeirinhos no território.

d. Dinâmicas Antrópicas: refere-se a temporalidades criadas pela ação humana.

- Período de Defeso: época em que o estado proíbe a pesca enquanto atividade econômica, sendo liberada apenas para a subsistência familiar dentro de determinadas especificações. O estado paga o seguro defeso no valor de um salário mínimo durante a vigência do referido período.
- Queimadas: No período de seca, quando se realiza o manejo do fogo e o desmatamento das propriedades rurais, podendo alcançar as unidades de conservação nas proximidades da região, impactando as dinâmicas ambientais e a qualidade do ar na região.
- Outras dinâmicas antrópicas: Diante da limitação deste primeiro levantamento exploratório não foi possível realizar a descrição de outras dinâmicas antrópicas que se inserem na complexidade do cotidiano ribeirinho.

Um outro aspecto importante é o conhecimento, uso e ocupação do território com o qual os ribeirinhos estabelecem uma relação própria. Sendo assim, trata-se da territorialidade ribeirinha conhecedora dos espaços que possuem melhor aproveitamento para determinadas atividades, como moradia, agricultura, caça, pesca e extrativismo. Neste levantamento exploratório não foi realizado o etnomapeamento completo, com a descrição das áreas específicas de uso e ocupação dessas populações, apenas a indicação dos tipos de áreas possíveis de serem mapeadas para trabalhos posteriores.

- Rio: o rio que conecta todas as comunidades da região, não se trata apenas de transporte, mas de relações que são viabilizadas cotidianamente por meio do rio.
- Terra firme: Terras preferíveis para a moradia por não serem tão suscetíveis a enchentes. Essas terras são menos férteis, mas quando devidamente preparadas podem ser utilizadas para o plantio de mandioca/macaxeira.
- Várzea: terreno próximo ao rio que é inundado durante a cheia, nessas áreas o rio deposita sedimentos tornando essas áreas férteis e propícias para o plantio. Algumas áreas de várzea também são utilizadas tradicionalmente para moradia.
- Terra Caída: trata-se de um processo de erosão fluvial responsável pelo desbarrancamento de longos paredões de terra das margens para dentro do rio. Esse fenômeno pode colocar em risco comunidades próximas, gerar danos nas áreas de agricultura e pesca. O conhecimento de áreas mais propícias a esse fenômeno é importante para evitar colocar-se em uma

situação de risco.

- Áreas de Embaúba: Locais de grande ocorrência da árvore embaúba, se localizam em áreas de mata ciliares, podendo ser indicativo de terra apta para a agricultura. Entretanto, nesses locais é necessário preparar a área por meio do sistema de coivara.
- Áreas de Extrativismo Vegetal: são localidades específicas que possuem maior ocorrência de árvores propícias ao extrativismo, como: castanheiras, copaíbas, seringueiras, açai e outras. Além de locais para extração de madeira utilizadas na construção de casas, barracões, móveis e embarcações.
- Áreas de Extrativismo Mineral: locais para o garimpo do ouro com a utilização das balsas. Essa atividade encontra-se em baixa diante das pressões estatais sobre o garimpo na região, ainda alguns garimpeiros se arriscam na região do baixo madeira.
- Áreas de Caça: são locais de melhor aproveitamento para caça de animais conforme o período e época do ano. Geralmente essa atividade é realizada à noite no período da seca, por meio da técnica de espera em locais próximos a palmeiras ou árvores frutíferas localizadas nas florestas e o monitoramento de rastros deixados pelos animais.
- Áreas de Pesca: não se reduz ao curso do principal do Rio Madeira, mas inclui outros espaços específicos como igapós, igarapés, lagos e na foz de outros rios. Conforme o período e estação do ano os moradores buscam determinados espaços para realizar a atividade pesqueira com a técnica apropriada.

Eixos de Pressão (JUNIOR et al. 2017) compreende as fatores, atividades ou ações que concorrem e/ou impactam diretamente com o uso e manejo tradicional dos recursos naturais pelas comunidades ribeirinhas, sendo assim:

- Exploração Energética do Rio: Conforme relatos de diversos Ribeirinhos as Hidrelétricas impactam negativamente no rio, muitos relatam alteração significativa no comportamento das águas, seja cheias insuficientes ou excessivas como a última que ocorreu a dez anos atrás. A barragem “matou a correnteza” relatou um morador, o que prejudicou a fluidez do rio que parece cada vez mais aterrado por areia, a migração dos peixes e suas diminuição, impactando diversos ecossistemas, como igapós, que não são como antes, causando diminuição da fertilidade do solo das áreas de várzea. São diversas queixas que merecem ser investigadas com acuidade, há alguns moradores que relatam não ter prejudicado tanto a pesca como defende a opinião majoritária. A exploração energética é uma atividade

consolidada no curso do Rio Madeira.

- Exploração Hidroviária do Rio Madeira: o rio é usado como via de transporte de cargas e passageiros, há um intenso trânsito de barcas, rebocadores, balsas e etc. Essa também é uma atividade consolidada.
- Exploração Mineral: principalmente as dragas que contribuem para o desbarrancamento e o aterramento do rio. Entretanto, os ribeirinhos em sua maioria são favoráveis a atividade garimpeira realizada em pequenas balsas, muitos são contrários a opinião pública que alega que esta atividade polui as águas com o mercúrio, há considerável repressão estatal. Essa é uma atividade em decadência, se comparada a intensa atividade realizada no passado.
- Exploração da terra: o desmatamento realizado por grileiros de áreas de floresta nos arredores das comunidades, os habitantes locais associam o desmatamento ao aumento da temperatura. As unidades de conversação são de extrema importância para contenção dessas atividades.
- Exploração de madeira: a exploração da madeira por empresas que utilizam de maquinários para extração de madeira em áreas de reserva ou em floresta próximas das comunidades, geralmente de forma ilegal. Esse tipo de exploração difere do uso tradicional da madeira pelas comunidades.
- Atividade estatal de controle sobre uso e manejo dos recursos naturais: fiscalizam atividades econômicas e repreende as ilícitas através de diversos órgãos, principalmente: Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Sedam, Polícia Militar Ambiental. Estes órgãos possuem poder de polícia para realizar o controle sobre atividades que impactam o meio ambiente na região, seja por parte dos ribeirinhos ou de outros atores.
- Fatores Ambientais Atípicos: é importante salientar fatores ambientais que não são esperados pelas comunidades que têm gerado pressão sobre suas atividades. Mesmo que não tenham consciência sobre as causas, sentem seus efeitos de forma aguda, pois sentem o impacto na interação com a natureza. No período do primeiro trabalho de campo, as comunidades sentiram os efeitos do El Niño 2023-2024, um dos mais fortes da história, agravou o período natural de estiagem e o Estado decretou estado de emergência diante da situação de crise hídrica que tem afetado todo território. A seca foi severa, muitos peixes morreram, gerando escassez de recursos e o calor excessivo.

Entorno Dinâmico (JUNIOR et al. 2017) são áreas que possuem relações específicas que influenciam, impactam, se relacionam ou prestam suporte às comunidades do Baixo Madeira.

- Porto Velho: é a capital do estado localizada às margens do Rio Madeira. Além das comunidades do Baixo Madeira, que são considerados distritos do município, a capital é onde se concentra diversos serviços procurados pelos ribeirinhos.
- Eixo Humaitá/Manicoré: municípios do sul do Amazonas que também possuem diversas comunidades ribeirinhas com a qual há maior interação por meio das relações econômicas, familiares e do lazer (festejos), formando uma área sociocultural específica. A sede do município de Humaitá está mais próxima de Calama e possui acesso por estrada até Porto Velho, podendo ser um trajeto acessível para a capital.
- Unidades de Conservação: áreas delimitadas pelo estado com objetivo de preservar, recuperar ou reservar para o uso sustentável dos recursos naturais.
- Invasão da Flona Jacundá/Jamari: Acesso via BR-364, alcança a Foz do Jamari e adentra a UC a leste até próximo ao Rio Preto, sentido sul próximo a borda da Flona Jamari. A invasão possui uma área aproximada de 2.700,00 Km<sup>2</sup>.
- Estação Ecológica Soldado da Borracha e adjacências: região com conflitos agrários localizado na margem esquerda e direita do Rio Machado, alcança as comunidades de Demarcação e Calama. A área em disputa cobre boa parte da UC e de áreas adjacentes, possuindo uma área aproximada de 2.000,00 Km<sup>2</sup>.
- Gleba Rio Preto: área de assentamento com cerca de 500 famílias localizado entre o Rio Preto e o Rio Machado com cerca de 250,00 Km<sup>2</sup>, em que pese a proximidade há pouco contato com as comunidades ribeirinhas, havendo diferenças culturais significativas.
- Estradas Federais: BR-364 e BR-319. É a estrada responsável por conectar o estado rondoniense de norte a sul e a BR-319, estrada que liga o estado do Amazonas e Rondônia, respectivamente.
- Ações Itinerantes: as comunidades não possuem estruturas para acesso a diversos serviços públicos diretamente, por isso são público-alvo de ações itinerantes que são realizadas periodicamente pelas mais diversas organizações públicas e privadas. Esses sujeitos também se enquadram no público de turistas/visitantes que aproveitam a ocasião para desfrutar das benesses da região.

A vida ribeirinha no baixo madeira rondoniense se insere em um sistema complexo de interações humanas, ambientais, econômicas, políticas e sociais. As

dinâmicas territoriais influenciam a vida social dessa população em sua totalidade, inclusive o modo de produção ribeirinho que se organiza na região em consonância com os ciclos ambientais, mobilizando relações sociais e os saberes tradicionais que orientam as atividades produtivas. Nesse sentido as dinâmicas do território estão associadas a fatores de risco e vulnerabilidades sociais, como: épocas de maior abundância ou escassez sobre a dispensa e o orçamento das famílias, risco de enchente ou crise hídrica, proliferação de determinadas doenças, pressão sobre os recursos naturais e sobre os diferentes segmentos da população ribeirinha. Sendo assim, conhecimento de tais dinâmicas prestam importantes subsídios para o planejamento de políticas públicas na região.

#### **4. Da oferta de políticas públicas e serviços essenciais.**

A análise da oferta de políticas públicas do território para fins do presente diagnóstico social não se trata de uma avaliação detalhada das políticas públicas setoriais. Mas por se tratar de ofertas à população GPTE é necessário se atentar aos aspectos que podem fortalecer ou mitigar vulnerabilidades e riscos sociais. Nesse sentido, foram viáveis metodologicamente para fins da presente análise diagnóstica:

**Identificação das Políticas Públicas** por meio da verificação da presença dos equipamentos públicos, capilaridade da administração pública, regularidade da prestação do serviço e capacidade de atender adequadamente a demanda.

O poder público na região se organiza primariamente enquanto distrito do município de Porto Velho. Nesse caso a representação distrital está vinculada à Superintendência Municipal de Integração Distrital - SMD. Desse modo, o Prefeito é a autoridade competente para nomear o administrador distrital que atua como representante das comunidades na esfera municipal. Os Distritos contam com infraestrutura limitada a alguns serviços essenciais. Além disso, há atuação dos outros entes federativos, como o estado (educação, segurança) e do governo federal. Os serviços públicos identificados durante o levantamento exploratório pelo pesquisador foram:

- Na Saúde há unidades básicas de saúde (UBS) nas sedes dos distritos que trabalham com a prevenção de doenças e redução de danos, tratamentos de maior complexidade são encaminhados para a sede do município. Algumas sedes distritais contam com equipe de médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes de saúde. O transporte hospitalar ocorre por meio de ambulâncias que geralmente ficam atracadas nos rios próximos aos distritos.

- Na Educação algumas comunidades contam com escolas que ofertam o ensino fundamental I e II. Com exceção de Demarcação, as sedes dos distritos oferecem o ensino médio na modalidade híbrida, com sala específica para essa finalidade. O acesso a educação para crianças que vivem nas localidades ocorrem

por meio do transporte fluvial em embarcações com motor 40 HP. Essas crianças fazem em média um percurso de duas horas para chegar à escola, dependendo da localidade que se encontra e das condições de navegabilidade.

- Na Segurança foi identificado bases da polícia militar e civil nas sedes de alguns distritos, como São Carlos, Calama e Demarcação. Algumas não contam com a presença de agentes policiais, uma vez que na data da visita o patrulhamento na região é realizado de forma sazonal, partindo de São Carlos, com frequência mensal em algumas comunidades como Nazaré.

Os serviços essenciais realizados por empresas concessionárias que são responsáveis pela coleta de lixo e o fornecimento/manutenção de rede de energia elétrica. Os funcionários desses serviços estão presentes no cotidiano, em alguns casos os trabalhadores recrutados nas próprias comunidades, não verificou-se a oferta do serviço em algumas localidades, estando concentrado em maior medida nas sedes distritais.

**Levantamento de Informações sobre a população:** os agentes públicos que diariamente prestam serviços à população local podem contribuir com informações relevantes para o entendimento das vulnerabilidades e riscos na localidade. Na sede do Distrito de Nazaré foi constatado junto à gerente da UBS da época, uma profusão de casos relacionados a hérnia de disco que acometem todo segmento da população, inclusive em crianças e adolescentes. Esse tipo de problema de saúde está relacionado a trabalhos que exigem a sobrecarga de peso, como a realização dos roçados no período da estiagem. Essa informação indica a existência do trabalho infantil, entretanto é importante destacar um adendo em que muitos dos conhecimentos em comunidades tradicionais são realizados por meio do aprender-fazendo e do regime de economia familiar, o que de uma perspectiva antropológica revela não ser necessariamente “exploração do trabalho infantil”. Nesse sentido, a partir da perspectiva da assistência social é necessário fortalecer o trabalho social com as famílias para conscientizar e prevenir possíveis casos de exploração do trabalho infantil em toda região, levando em consideração as especificidades socioculturais e buscando valorizar os saberes tradicionais da localidade.

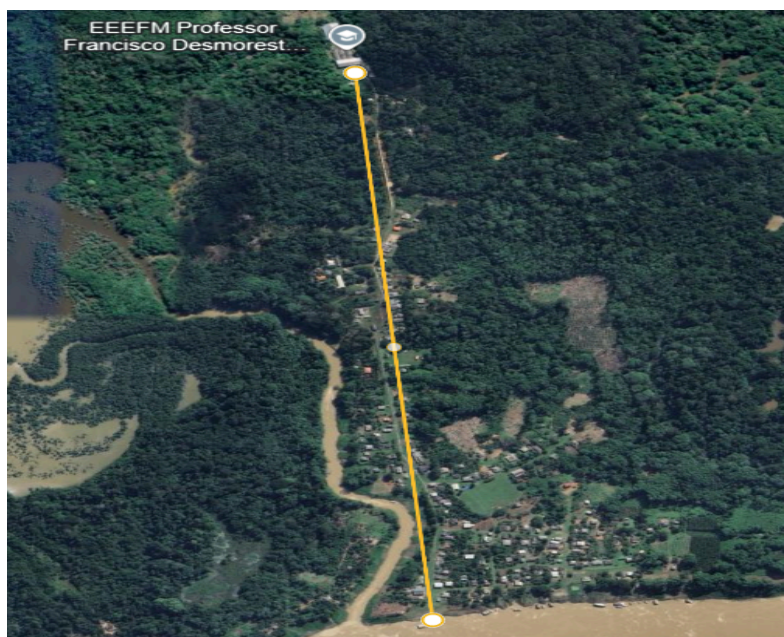
**Compreensão sobre a oferta da política:** aprofundar no entendimento de como é realizada a prestação do serviço, sua cobertura sobre o território e das possíveis falhas na rede. Na sede do distrito de Demarcação a época do trabalho de campo foi constatado que não havia a ambulância na UBS para realização do transporte de pacientes nos casos de urgência e emergência, o que torna a região descoberta e vulnerável a diversos riscos associados a ausência de pronto atendimento médico, fato que pode impactar diretamente na política de assistência social, como por exemplo na morte ou grave trauma de membro economicamente ativo de determinado núcleo familiar, resultando na dificuldade subsistência das pessoas dependentes. Um outro fato verificado em campo e relacionado a falha na

política de segurança se relaciona com o tráfico de drogas, como descrito anteriormente, há locais como a sede do Distrito de Nazaré onde patrulhamento é realizado com frequência mensal, diversos relatos sobre o tráfico de drogas e casos de violência, sem a correspondente repressão policial tempestiva. Conforme relatos, o público principal desse tipo de mercado ilícito são os adolescentes e jovens que ao fazerem o uso tornam-se expostos à dependência química, fragilização dos vínculos familiares e diversos outros riscos associados à drogadição.

**Compreensão da Equidade na Oferta:** compreender a adequação da prestação do serviço na realidade local e às necessidades da população. Esse é um importante aspecto a ser analisado com relação aos GPTE, pois as suas peculiaridades podem ser determinantes para a qualidade da oferta do serviço público. Na sede do distrito de Nazaré, em conversa com a gestora escolar, foi relatado a ocorrência frequente de casos de exaustão física, manifesto em desmaios de adolescentes no ambiente escolar. A suposta causa é o cansaço relacionado às atividades rurais. É comum muitos adolescentes ajudarem seus familiares nas lavouras e outras atividades que exigem maior esforço físico. Outro fator, a alimentação ofertada nas escolas é a mesma oferecida nos centros urbanos, não levam em conta algumas especificidades das crianças ribeirinhas inserida na lógica da economia rural, por parte desses adolescentes que ajudam suas famílias no contraturno da escola. Outro agravante é o maior tempo de deslocamento para escola, tempo médio de quatro horas diárias realizado por meio das lanchas escolares, no caso específico de Nazaré a escola fica nos fundos da comunidade a uma distância de 1.500 metros, ou seja, as crianças e adolescentes caminham 3.000 metros diariamente, fora o tempo de deslocamento.

Com relação à equidade da oferta, é notável que o estudante ribeirinho vive em um regime onde se exige maior dispêndio de energia se comparado com o estudante da cidade, que somada às especificidades da região justifica a oferta de uma alimentação escolar adequada para a região. Por exemplo, os desmaios relatados no âmbito escolar ocorreram no período de crise hídrica, onde havia maior escassez de alimentos na região e na época em que a atividade principal era o roçado de macaxeira, a qual exige maior esforço físico e a participação dos adolescentes na atividade.





**Figura 4.** Distância da entrada de Nazaré até a escola.

Importa ressaltar que esse conjunto de fatores não prejudicam apenas o desempenho escolar, mas o próprio desenvolvimento social dos adolescentes a longo prazo. É de se notar que o trabalho infantil aparece novamente nos relatos o que também sugere atenção por parte de ações específicas pela política de assistência social.

**Ausência de políticas e/ou vazios serviços:** serviços essenciais que não são ofertados reforçam a vulnerabilidade territorial. É o caso da ausência de cobertura no tratamento de água, saneamento básico, transporte público e da regular oferta de coleta e tratamento de lixo em determinadas localidades que colocam em risco a saúde e a qualidade de vida da população local, pois torna o território suscetível à contaminação do solo e da água, tornando a população exposta a diversas doenças.

**Da análise da oferta sazonal de políticas públicas no território do Baixo Madeira:** De forma geral, conforme verificado anteriormente, a região é caracterizada pela ausência da regular oferta de serviços públicos onde algumas demandas são supridas com as ações itinerantes. Estas ações ocorrem periodicamente por meio da atuação dos diversos órgãos das esferas municipal, estadual e federal. A maior parte desses órgãos estatais não contam com estrutura física na região, mas se fazem presentes por meio de ações em algumas comunidades. É o caso das operações policiais de repressão a atividades ilícitas na área como garimpo, queimadas, extração de madeira e pesca ilegal. Também as ações de caráter social e humanitário são realizadas na região, como Programas Estaduais de Assistência Social, Programas do Judiciário, Atendimentos Médicos Itinerantes, Projetos Acadêmicos e etc. Por meio dessas ações as comunidades são visitadas de forma recorrente por diferentes agentes públicos. Entretanto, o

conhecimento socioterritorial poderá contribuir para dar maior efetividade das ações itinerantes na região de modo a afastar as vulnerabilidades e riscos sociais associados às dinâmicas territoriais.

## **5. Das organizações sociais do Baixo Madeira.**

As organizações sociais desempenham um importante papel no território, pois representam um espaço aglutinador de pessoas e organizam ações coletivas no âmbito das comunidades. Essas organizações geralmente são criadas e mantidas pelos próprios ribeirinhos, ou, contam com sua participação nas suas atividades. Para fins do diagnóstico social, a identificação dessas organizações podem trazer informações pertinentes sobre as potencialidades do grupo e suas estratégias para responderem as vulnerabilidades.

**Identificação das organizações sociais:** o mapeamento das organizações sociais no território contribuem para compreender a estruturas sociais locais capazes de responder às vulnerabilidades e riscos sociais coletivamente.

**Associações:** organização marcada pela união de pessoas orientadas para objetivos comuns. Os líderes de associação geralmente são responsáveis por essas organizações da sociedade civil com sede nas comunidades. No Distrito de Demarcação foi identificada a associação de trabalhadores rurais e a associação de mulheres. A atuação não se restringe apenas a área temática, mas são referências dentro da comunidade na qualidade de lideranças, possuem a capacidade de mobilização e há expectativa de ser um vetor de recursos para a comunidade.

**Cooperativas:** organizações que possuem o objetivo da organização da produção para compartilhamento de resultados e custos de modo a gerar vantagem para seus cooperados. Tem-se a notícia que há algumas cooperativas distribuídas pelos Distritos do Baixo Madeira com enfoque em diferentes produtos como: castanha, polpa de frutas e farinha.

**Igrejas:** organizações com objetivos religiosos e sociais. No Baixo Madeira verificou a presença das igrejas cristãs, católicas ou evangélicas, em todas as comunidades visitadas, não obteve-se informações de outras denominações ou grupos religiosos organizados, contudo na região se faz presente relatos associados a magia, feitiçaria e mistérios.

**Grupos culturais:** organizações formais ou informais que buscam a valorização das manifestações culturais regionais. No Distrito de Nazaré foi identificada uma Casa Cultural, Grupo do Boi Curumim e uma Arena de Atividades culturais na qual se realiza o Festival Cultural. Grupos que buscam a valorização do patrimônio cultural ribeirinho e a identidade desta população.

**Levantamento de dados sobre a população:** No distrito de Demarcação, onde houve um levantamento específico com às lideranças das organizações dos trabalhadores rurais e das mulheres, foi possível identificar problemáticas vivenciadas pela população local. A líder da organização das mulheres trouxe relatos sobre as dificuldades de enfrentar a violência contra mulheres e abusos que eventualmente ocorrem na comunidade, principalmente pela ausência frequente de autoridades policiais para combater as situações e em alguns casos a omissão da família. Conforme relato da liderança é frequente que os casos de violência ocorram associados ao abuso de álcool por parte do agressor. Muitas vezes as famílias buscam a autocomposição ou a mediação por meio das lideranças, resultando geralmente no afastamento do agressor da comunidade, em casos de críticos buscam as autoridades judiciárias para resolução dos conflitos. No período de trabalho de campo foi possível escutar relatos envolvendo abusos e violência contra mulheres, crianças e até pessoas com deficiência, sendo importante um aprofundamento e um trabalho social adequado para a realidade local.

**Levantamento de dados sobre as organizações:** As associações de trabalhadores e cooperativas agroextrativistas são importantes organizações que tem como objetivo promover o desenvolvimento produtivo local. O que permite o beneficiamento mútuo dos produtores locais por meio da redução e compartilhamento de custos e a realização de investimentos em maquinários e insumos. Em Demarcação as organizações encontram-se com problemas operacionais, como:

- A associação dos trabalhadores rurais encontra-se irregular perante o cartório e a receita federal, ou seja, inapta para recebimento de recursos públicos. Em conversa com a liderança desta organização há a dificuldade de lidar com esses trâmites burocráticos. Em seu relato, disse que outros haviam tentado regularizar antes dele, mas sem sucesso. Esse fato é uma barreira para o desenvolvimento da organização de relevante importância para melhoria da produção e da renda local. Esse problema pode ser objeto de ação itinerante ou um política pública específica voltadas às organizações da sociedade civil com objetivo de regularizá-las.
- A cooperativa de farinha não estava funcionando em decorrência de má gestão e problemas nos equipamentos, atualmente estragados e sem manutenção, conforme informações das lideranças locais. De sua estrutura, apenas o poço artesiano continuava em operação, servindo a demanda por água na comunidade. Novamente problemas de gestão aparecem, mas agora associados a problemas técnicos que impactaram no funcionamento da organização local. Em conversas com os moradores da região informaram que outras cooperativas e associações encontram-se em situação similares, o que pode ser objeto de futuros trabalhos de campo.

Eventos e ações coletivas capazes de mobilizar a comunidade são ambientes propícios para levantamento de dados e intervenções, como campanhas para conscientização da comunidade. Há notícia da realização de festejos promovidos pela Igreja Católica, eventos que atraem visitantes de toda região, da capital até do interior do Amazonas. Como o caso do Festejo de São Carlos Borromeu:



**Figura 5.** Programação do Festejo de São Carlos em 2024.

Na localidade de Catarina visitamos um dia após a realização do Festejo, conforme os foram barcos de Porto Velho e Manicoré para apreciação da festividade que conta com a “parte religiosa” e a “parte social”. Em conversa com um morador, quando questionado sobre como o quantitativo de pessoas são abrigadas no pequeno espaço da comunidade, me respondeu sobre o apoio dos moradores que oferecem espaços para os visitantes dormirem, permitindo o uso dos espaços de suas residências para instalar barracas, redes e até utilizar banheiros. Parte da alimentação é vendida pelas pessoas que vivem na região ou nas embarcações que transportam as pessoas para a participação do festejo, mas também conta com uma parte significativa de alimentação que é compartilhada de forma gratuita entre visitantes e moradores. Em conversa com um morador antigo de Nazaré, ele me contou que os festejos antigamente eram totalmente sem custos para os visitantes, cada comunidade arcava com os recursos necessários para receber os visitantes. Mas por meio de conversas com os moradores de diferentes localidades fica claro que o aspecto solidário dos festejos não se perdeu totalmente, mas passou por transformações que acompanharam as novas dinâmicas sociais.



Em meados de julho ocorre em Nazaré o Festival Cultural que promove danças, brincadeira e jogos. Organizados pelos grupos culturais da região que realizam a festa na Comunidade.



**Figura 6.** Vila Cultura em Nazaré (ago. 2024).

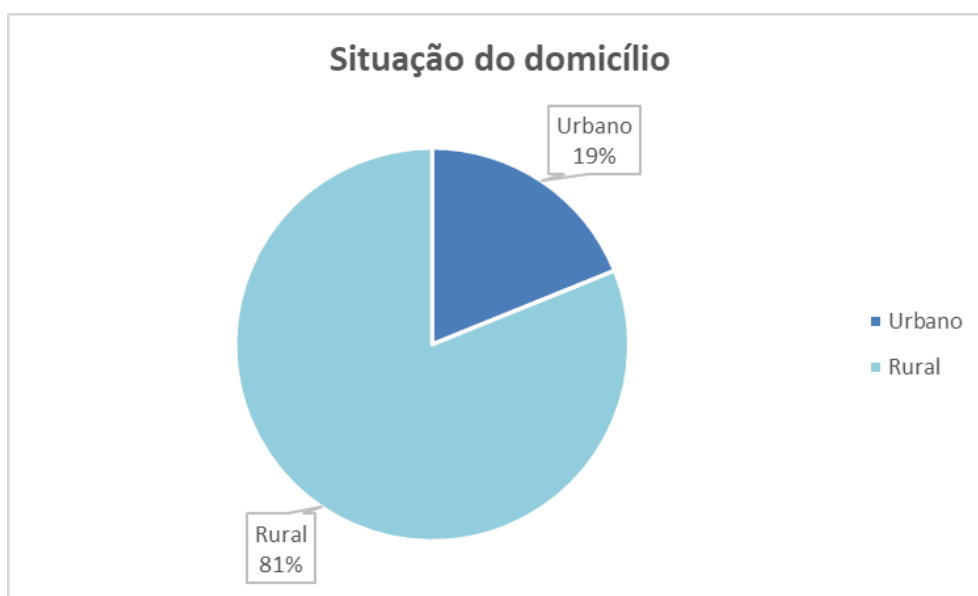
Essas ocasiões podem ser oportunidades para intervenção planejada, como campanhas de conscientização, divulgação sobre benefícios e programas, realização de cadastros e o apoio aos grupos culturais da região como meio de valorização da cultura local. Anualmente as comunidades promovem esses festejos e festivais os quais são também signos da identidade local, onde as relações são reafirmadas e cria-se uma consciência do ser ribeirinho.

## **6. Informações dos domicílios e das famílias.**

Nas vilas se concentram as casas, geralmente feitas de madeira com telhado de fibrocimento, podendo ou não estar elevada do solo. Em vilas que correspondem às sedes dos Distritos como Calama, Nazaré, São Carlos e Demarcação há além das residências, as escolas, delegacias, igrejas, postos de saúde e também um comércio emergente realizado por meio de pequenas mercearias, restaurantes e pousadas. Nas vilas das localidades há um contraste com as vilas das sedes dos distritos, havendo em maior medida apenas a concentração de residências com algum ponto de venda de mercadorias, sem outros serviços comuns nas sedes.

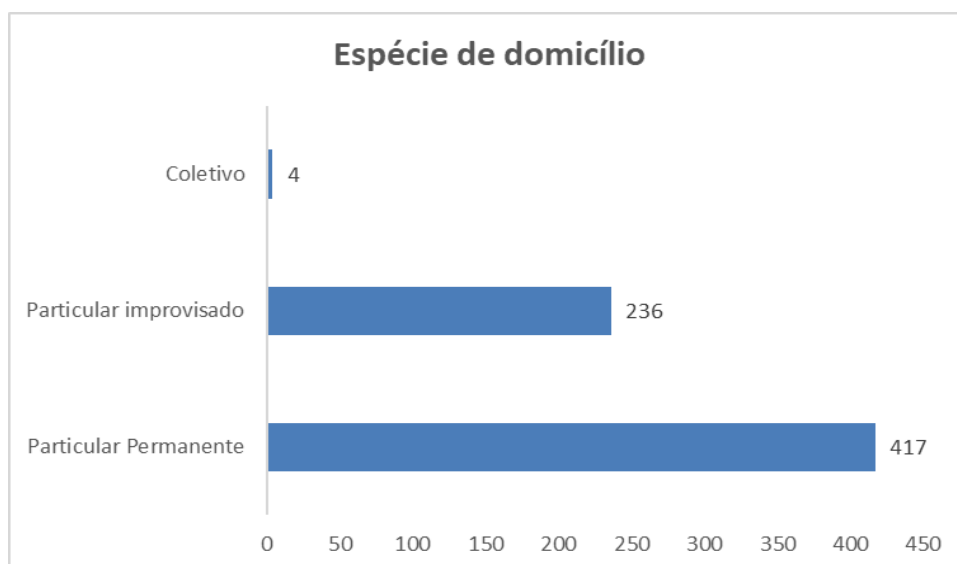
Passemos a análise dos domicílios por meio de dados fornecidos pelo Cadastro Único.

Em relação a situação dos domicílios, 19% vivem em residências na área urbana e 81% na área rural. As sedes dos distritos, mesmo que afastadas da capital, possuem uma urbanização emergente, mesmo que deficitária, o que se diferencia dos ambientes eminentemente rurais das localidades.



**Gráfico 1. Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)**

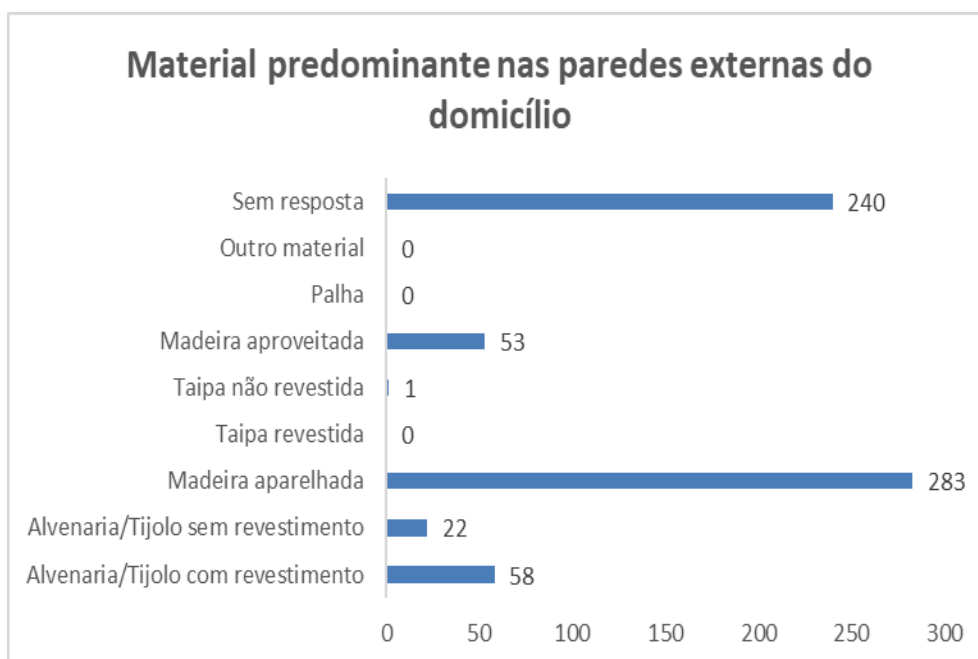
Em relação a espécie do domicílio, 62,8% residem em domicílios particulares permanentes, 35,5% em domicílios particulares improvisados e 0,6% em domicílios coletivos. Ou seja, 98,3% vivem em algum tipo de domicílio particular, seja improvisado ou permanente. Sobre os domicílios improvisados, o CadÚnico nos informa que esse índice no Brasil é de 3,4%, estado de Rondônia é 16%, ou seja, para a população ribeirinha há um aumento significativo de pelo menos dez vezes em relação a porcentagem nacional e o dobro em relação ao estado, o que indica a precariedade maior das residências ribeirinhas.



**Gráfico 2.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

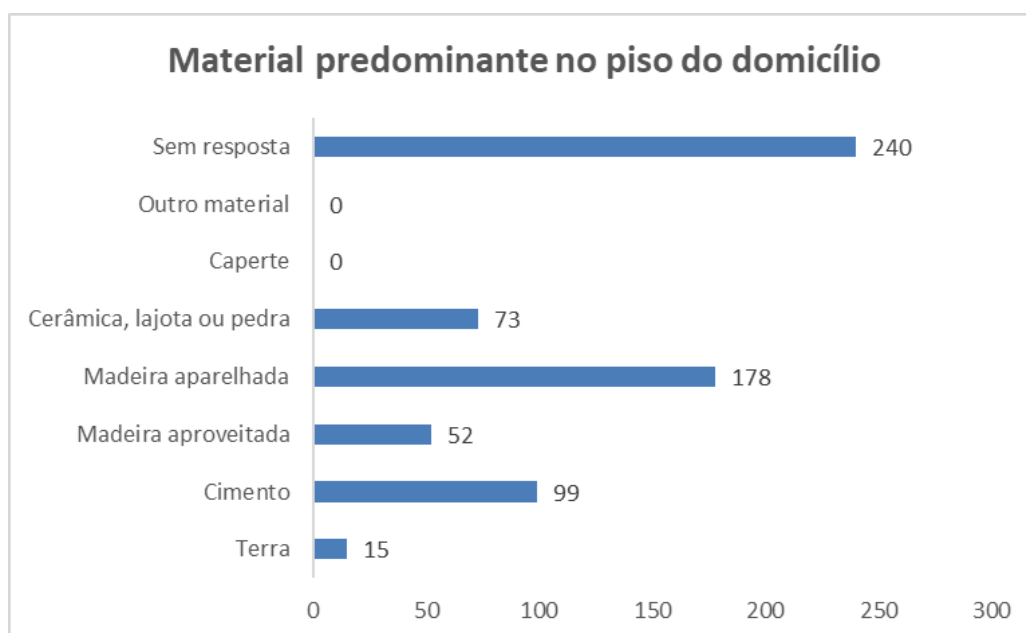
Durante o levantamento de campo foi possível observar alguns jovens carregando madeiras que foram serradas na floresta do entorno para construção de residência. Um dos rapazes que estavam realizando o trabalho relatou que não cobravam por esse trabalho em específico, pois se tratava de uma pessoa que precisava de ajuda da comunidade, apesar de ser um tipo de trabalho remunerado na diária, quando requisitados. Esse tipo de mobilização é comum nas comunidades na qual constroem residências com materiais disponíveis no entorno para abrigar famílias que buscam viver nas comunidades e realizar o acolhimento das famílias da comunidade.

Em relação às características das construções das moradias, em relação ao material predominante das paredes externas, 8,7% possuem paredes de alvenaria ou tijolo com revestimento, 3,3% possuem alvenaria ou tijolo sem revestimento, 42,2% são construídos com madeira aparelhada, 0,2% domicílio tem taipa não revestida, 8,0% são de madeira aproveitada, 36,1% não responderam. A maior parte do material das paredes externas é a madeira que é encontrada no entorno das região, na sede dos distritos foi possível observar algumas residências construídas com alvenaria, mas nas localidades visitadas (Tira Fogo, Catarina e Cavalcante e etc) as residências eram predominantemente de madeira. Verifica-se a necessidade de melhor qualificar os dados do CadÚnico pois 36% dos cadastros familiares não possuem resposta.



**Gráfico 3. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

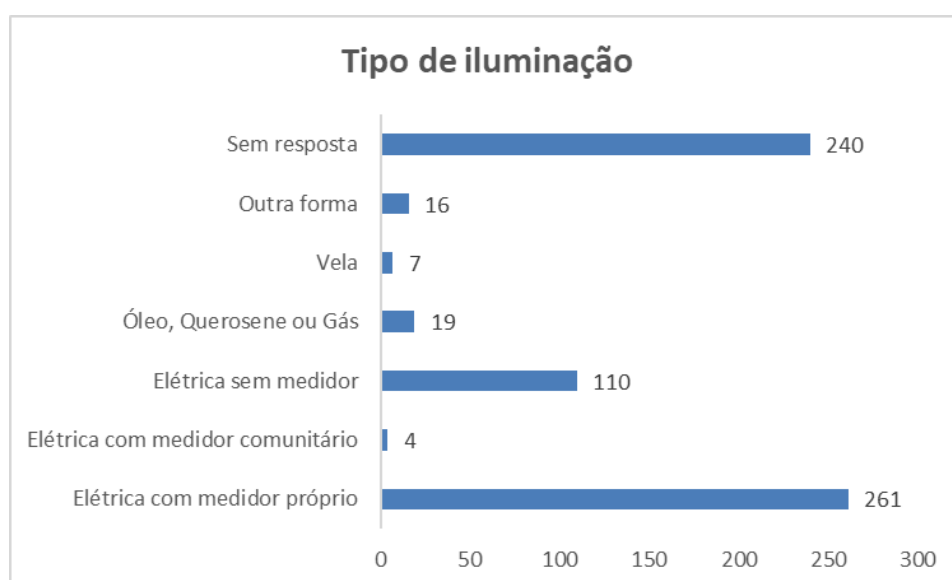
Sobre o material predominante do piso: 2,3% possuem piso de terra, 14,9% possuem piso de cimento, 7,8% possuem piso de madeira aproveitada, 26,8% possuem piso de madeira aparelhada, 11,0% possuem piso de cerâmica, lajota ou pedra, 36,1% não responderam. Na maior parte das residências visitadas durante o trabalho de campo foi observado que o piso dos lares são de madeira. Das visitas em residência, não foi observada nenhuma com piso de cerâmica, apenas uma com piso de cimento e uma com piso de terra. É possível que a proporção seja similar à do cadastro, com um aumento significativo do número de casas com piso de madeira, visto que 36% dos cadastros das famílias não constam dessa informação.



**Gráfico 4. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

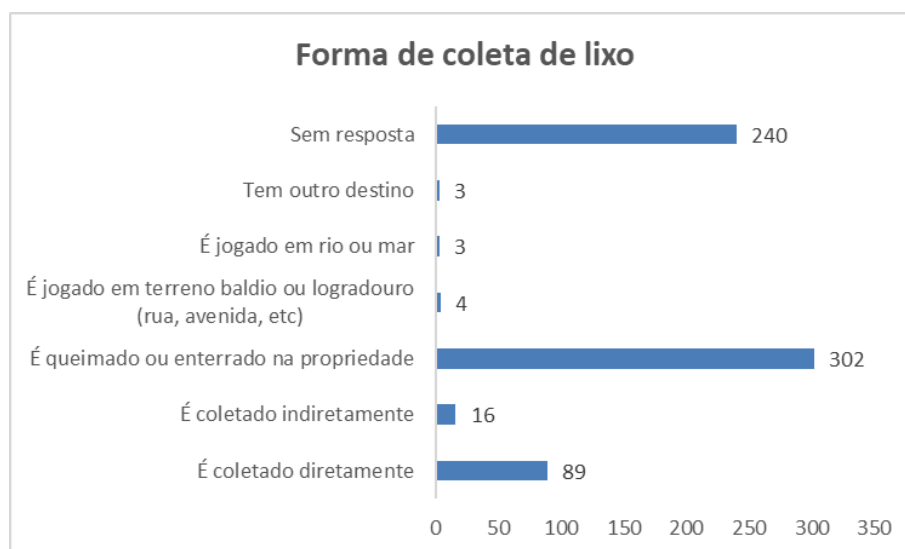


Sobre o tipo de iluminação, 39,3% possuem energia elétrica com medidor próprio, 0,6% possuem energia elétrica com medidor comunitário, 16,6% utilizam energia elétrica sem medidor, 2,9% utilizam óleo, querosene ou gás, 1,1% utilizam vela, 2,4% utilizam outra forma, 36,1% não responderam. O acesso a energia é melhor nas sedes dos distritos, pois contam com pequenas usinas termoeletricas, mas há locais com configurações diferentes de acesso à luz. Em Cavalcante, conforme relato de um morador, não há termoeletrica, mas a placas de captação de energia solar. Nesse local, o fornecimento da energia não ocorre em período integral. Em conversa com uma moradora de Nazaré ela relatou que “tudo hoje está mais fácil”, antigamente não havia essas comodidades, como acesso a energia elétrica e o gás. As mulheres na maior parte das vezes tinham que se deslocar para a floresta para cortar lenha, utilizar métodos tradicionais de conservação de carne, ir para beira do rio para limpar panela e roupas, o que considera uma realidade mais árdua no passado em comparação com a que é vivenciada atualmente.



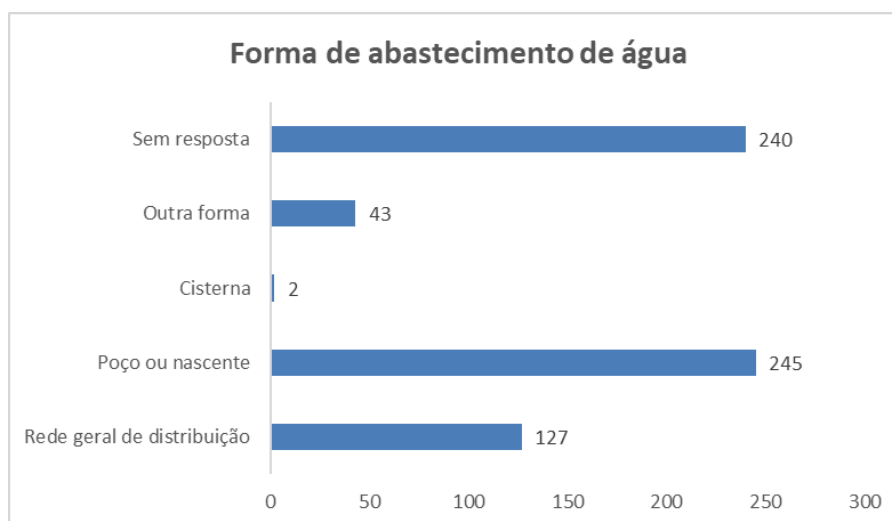
**Gráfico 5.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

Com destaque a coleta de lixo 13,4% das famílias têm coleta direta, 2,4% têm coleta indireta, 45,5% queimam ou enterram o lixo na propriedade, 0,6% descartam o lixo em terrenos baldios ou logradouros, 0,5% descartam em rios ou mares, 0,5% possuem outro destino, de 36,1% não consta essa informação. No trabalho de campo verificou-se que em algumas sedes distritais havia a presença de trabalhadores da empresa concessionária responsável pela coleta de lixo. Mas em localidades afastadas das sede foi observado a predominância de lixo em buracos próximos das residências, onde eram queimados. Os dados do CadÚnico sugerem que esse fato é majoritário nas famílias ribeirinhas inscritas, fato que é prejudicial pois torna essa população vulnerável a contaminação da água, solo e doenças que se utilizam do lixo como vetor.



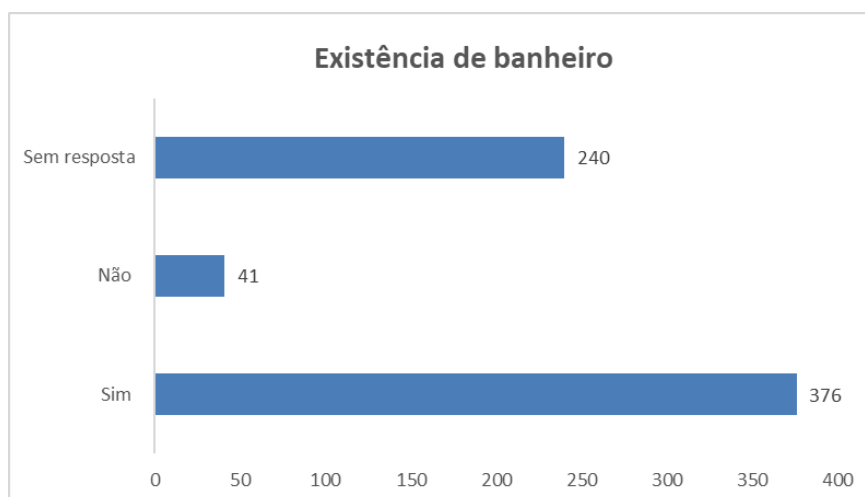
**Gráfico 6. Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)**

Tratando sobre o abastecimento de água 19,1% das famílias são abastecidas pela rede geral de distribuição, 36,9% utilizam poços ou nascentes, 0,3% utilizam cisterna, 6,5% utilizam outras formas de abastecimento e 36,1% não responderam. Durante o trabalho de campo não foi observado a existência de centro de tratamento de água, nas comunidades em que referido assunto foi tratado com os moradores, o poço comunitário era a principal fonte de abastecimento. No período de crise hídrica em que foi realizado o trabalho de campo, diversos moradores externaram preocupações referentes à falta de água nos poços que estavam cada vez mais secos.



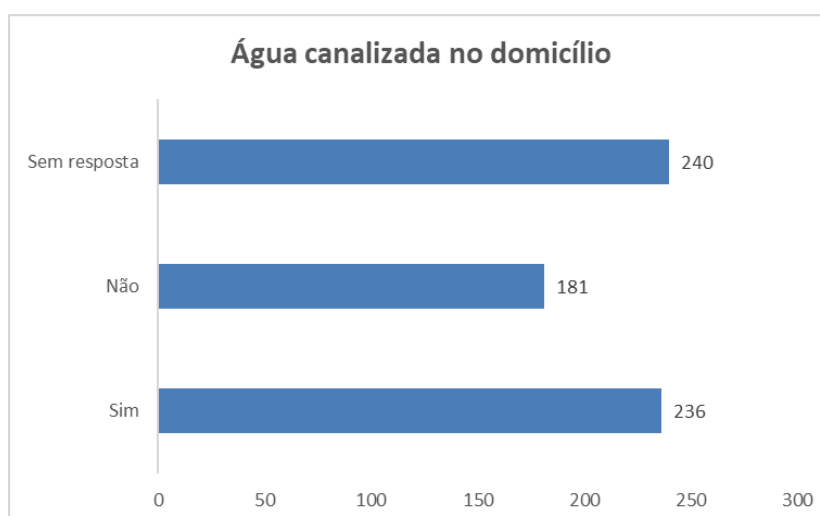
**Gráfico 7. Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)**

Da informação da existência de banheiro nas residências das famílias, 56,6% possuem banheiro, 6,2% não possuem banheiro e 36,1% não responderam. Levando em consideração que há uma quantidade significativa de residências que não possuem escoamento sanitário devido à água canalizada, é necessário aprofundar sobre essa questão, pois impacta a qualidade de vida da população.



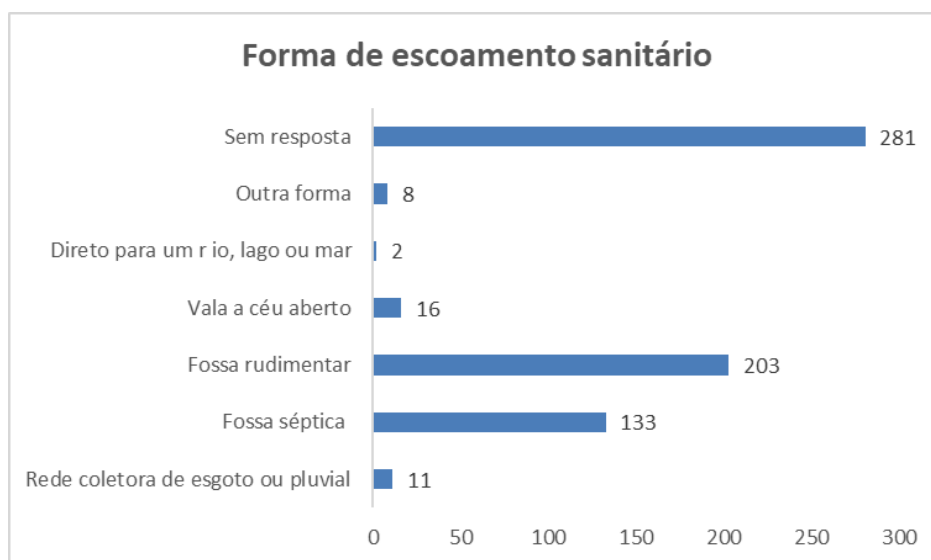
**Gráfico 8.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

Em relação à existência de água canalizada, 35,9% da família possuem água canalizada, 27,5% não possuem e 36,5% não tem resposta. Há uma distribuição proporcional nos dados, mas uma considerável parte não conta com água canalizada ou não possui resposta. Sobre a parte da população que tem em seu domicílio água canalizada é importante verificar se essa possui algum tipo de tratamento.



**Gráfico 9.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

Com relação ao escoamento sanitário, 1,7% são atendidas pela rede coletora de esgoto, 20,0% utilizam fossa séptica, 30,6% utiliza fossa rudimentar, 2,4% utilizam vala a céu aberto, 0,3% despejam diretamente no rio, 1,2% utilizam outra forma de escoamento e 42,3% não responderam. É notável que a maior parte da população ribeirinha faz uso de fossa para o escoamento sanitário, deve-se destacar que a utilização de fossas rudimentares oferece alto risco de contaminação do solo e lençol freático.



**Gráfico 10. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Jan/2025)

A análise dos dados demonstra que a maioria das famílias cadastradas como ribeirinhas no CadÚnico em Porto Velho vive em condições de vulnerabilidade social, com elevado percentual de moradias com infraestrutura precária. Destaca-se que:

- Grande parte das famílias não possui acesso adequado ao tratamento de água e saneamento básico, com apenas 1,7% dos domicílios atendidos por rede de esgoto.
- O descarte de resíduos sólidos ainda é um problema significativo, com 45,5% das famílias queimando ou enterrando o lixo na propriedade.
- Há uma quantidade expressiva de domicílios construídos com materiais menos duráveis, como madeira aparelhada (42,2%) e madeira aproveitada (8,0%).
- Em média 36,50% dos dados das famílias faltam respostas, em diversos quesitos necessita melhor qualificação, o que pode indicar dificuldade na realização das entrevistas e necessidade de melhor capacitação dos entrevistadores.

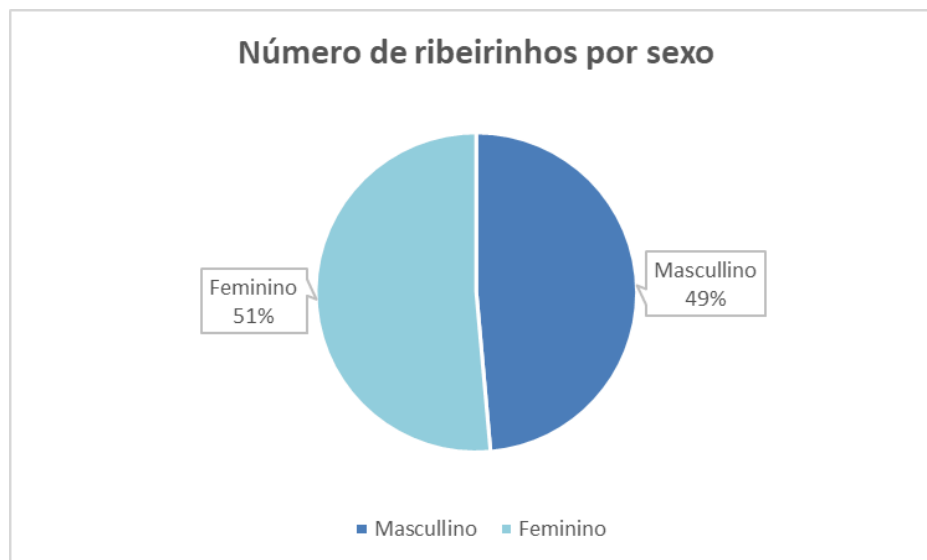
De forma geral, os dados reforçam a necessidade de implementação de políticas públicas para melhorias habitacionais, ampliação do saneamento básico e acesso adequado à infraestrutura urbana, visando melhorar as condições de vida dessas famílias em situação de vulnerabilidade.

## 7. Caracterização socioeconômica.

Vivem na região do baixo madeira 4.940 pessoas, conforme dados disponíveis no Geoportal PMPV com base nos dados do último censo do IBGE.

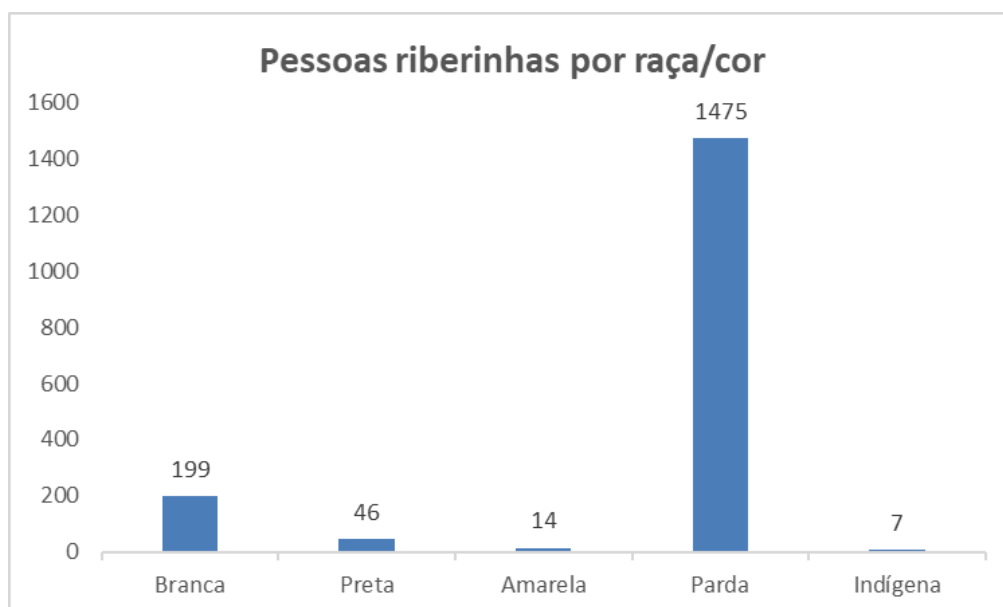
Entretanto, na base de dados do CadÚnico estão inscritos apenas 1.741 ribeirinhos em todo município de Porto Velho, incluindo outras regiões além do Baixo Madeira, mas que vivem em condições similares no âmbito do território municipal.

Dentre os inscritos ribeirinhos inscritos no CadÚnico no município de Porto Velho, 48,6% são do sexo masculino e 51,4% do sexo feminino.



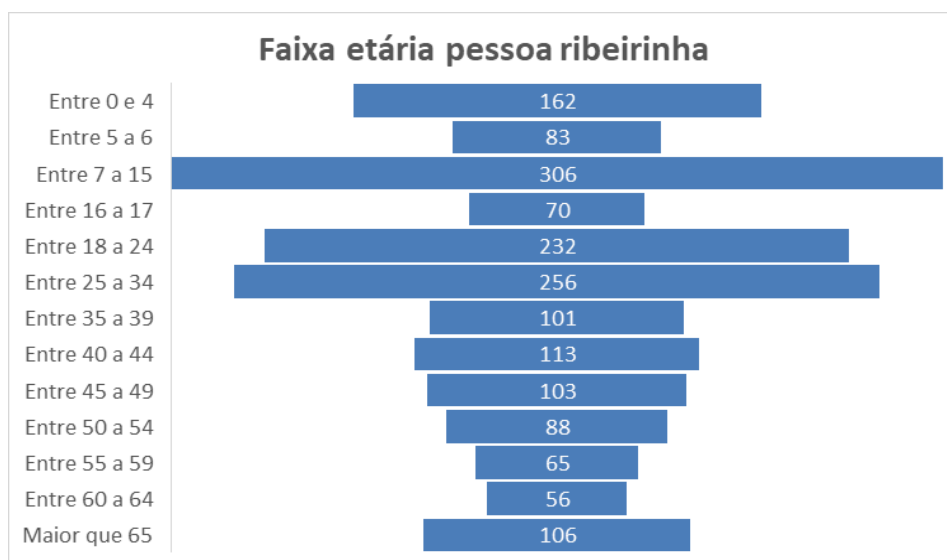
**Gráfico 11. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024)

Em relação à cor ou raça, 84,7% das pessoas se identificam como pardos, enquanto 11,4% se declaram brancas, 2,6% pretas, 0,8% amarelas e 0,4% indígenas.



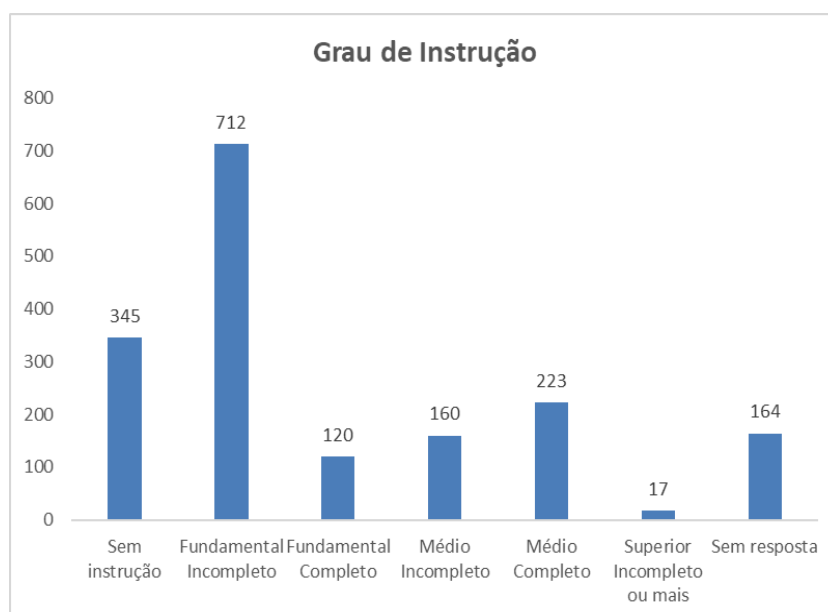
**Gráfico 12. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024)

Quanto à distribuição etária, a maior parte dos cadastrados encontra-se nas faixas de 7 a 15 anos (17,6%) e de 25 a 34 anos (14,7%). Já a população idosa, com mais de 60 anos, representa 9,3% dos inscritos.



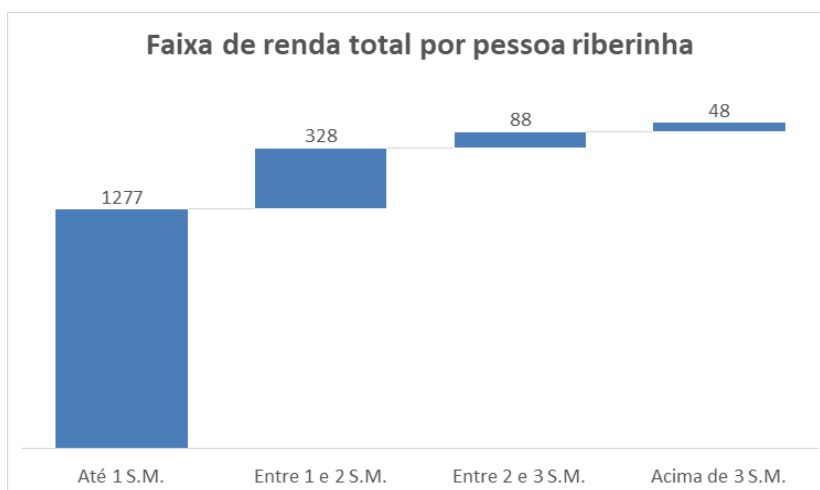
**Gráfico 13. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024)

No que diz respeito ao grau de instrução, observa-se que 19,8% da população não possui nenhuma escolaridade, 40,9% possuem ensino fundamental incompleto e apenas 12,8% completaram o ensino médio. O acesso ao ensino superior é bastante restrito, com apenas 1% tendo cursado alguma graduação.



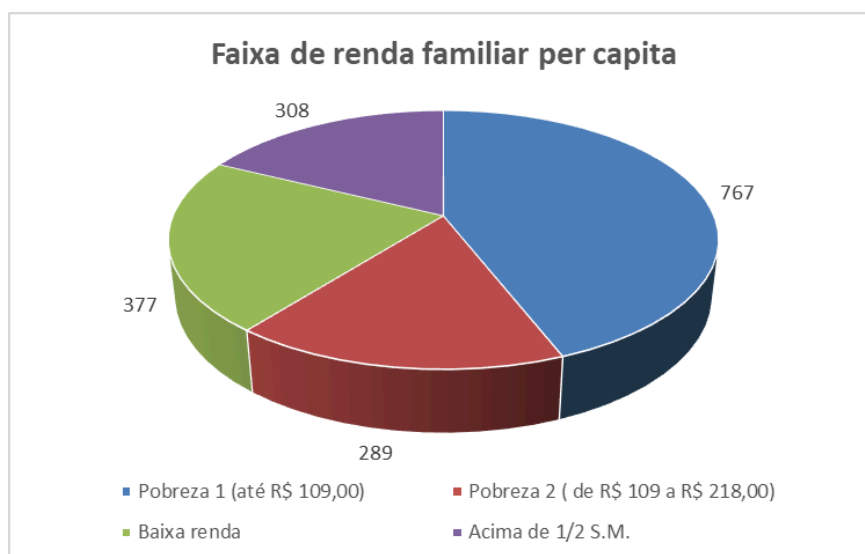
**Gráfico 14. Fonte:** CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024)

A análise da renda demonstra que 73,4% da população inscrita no CadÚnico possui uma renda de até um salário mínimo, enquanto 18,8% recebem entre um e dois salários, 5% recebem entre 2 e 3 salários, 2,7% recebem acima de 3 salários mínimos.



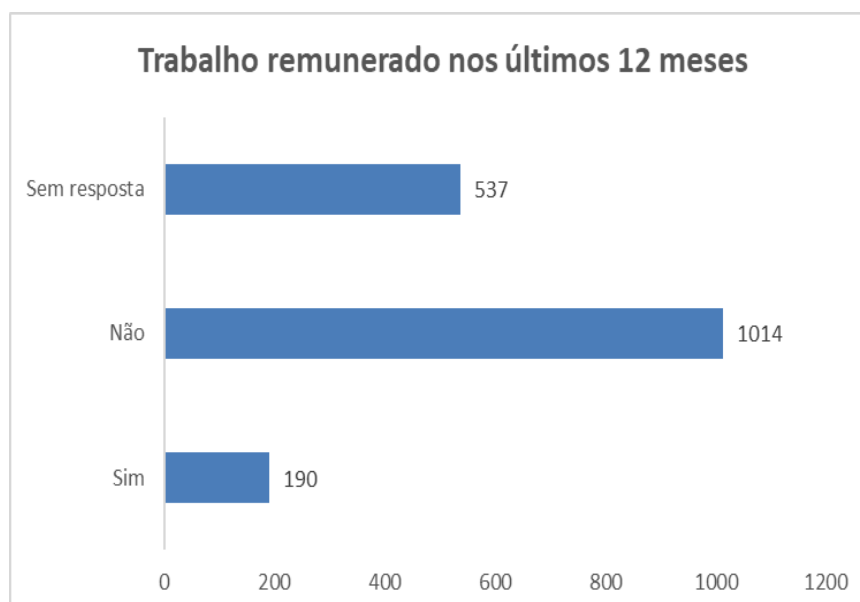
**Gráfico 15.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024).

Quando se considera a renda familiar per capita, 60,7% dos inscritos estão abaixo da linha da pobreza, sendo que 44,1% possuem renda per capita de até R\$ 109,00 e 16,6% entre R\$ 109,00 e R\$ 218,00, 21,6% entre R\$ 218,00 e meio salário mínimo, apenas 17,7% da população tem renda superior a meio salário mínimo per capita.



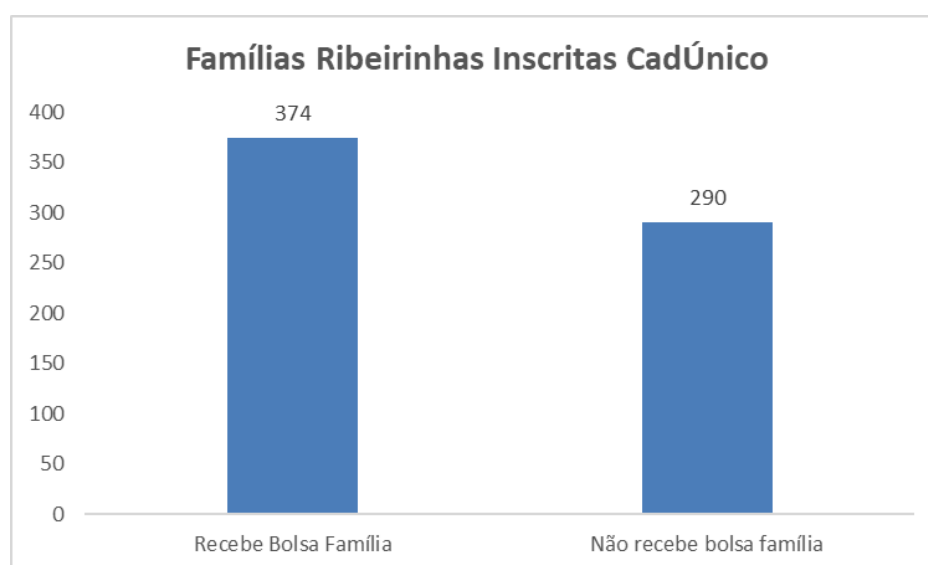
**Gráfico 16.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad - Dados do CadÚnico (Dez/2024)

Em relação ao trabalho remunerado nos últimos 12 meses, apenas 11% dos inscritos realizaram algum tipo de trabalho remunerado, 58% não realizaram trabalho remunerado no período e 30% não possui essa informação no banco de dados.



**Gráfico 17.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad- Dados do CadÚnico (Jan/2025).

Das 1.741 pessoas inscritas no CadÚnico, constam 664 famílias, sejam naturais, unipessoal, extensa ou afetiva. O que corresponde em média a 2,6 pessoas por família. Do quantitativo total de famílias, 56% recebem o benefício bolsa família e 44% não recebem o benefício bolsa família.



**Gráfico 18.** Fonte: CECAD 2.0/TabCad- Dados do CadÚnico (Jan/2025).

A população em idade ativa (PIA) é de aproximadamente 58%, considerando a idade entre 18 e 64 anos, o que corresponde a 1.014 pessoas. É importante pontuar que houve adaptação do indicador (PIA) que neste estudo passou da idade mínima de 14 para 18 anos.

Por outro lado, a população jovem é de 621 pessoas, sendo 36,9%, a proporção de crianças e adolescentes de até 17 anos.



Já a população idosa corresponde a 9,3%, considerando a proporção da população com idade superior a 65 anos é de 6%, o que corresponde a 106 pessoas.

A proporção de pessoas portadoras de deficiência (PcD) em relação a população total é de 8,5%, corresponde a 149 pessoas. Distribuindo proporcionalmente sobre os grupos etários temos:

- 87 pessoas aproximadamente pertencem à faixa etária de 18 a 64 anos.
- 53 pessoas aproximadamente pertencem à faixa etária de até 17 anos.
- 9 pessoas aproximadamente, população idosa maior que 65 anos.

Para fins de cálculo dos índices de dependência de cada segmento populacional, as pessoas PcD serão retiradas dos agrupamentos por faixa etária e incluídas em um agrupamento específico, pois pressupomos que esse segmento possui algum tipo de incapacidade total ou parcial para o trabalho que sugere dependência do segmento economicamente ativa da população.

Assim, a população em idade ativa, sem contabilizar a população PcD, é de 927 pessoas, correspondendo 53,20% da população inscrita no CadÚnico e 46,80% população dependente (Idoso, PcD, criança e adolescente). A distribuição destes segmentos populacionais para fins de cálculo do índice de dependência se consolidaram da seguinte forma:

- 568 pessoas população de jovens até 18 anos (32,6%).
- 97 pessoas população de idosos acima de 65 anos (5,6%).
- 149 pessoas portadoras de alguma deficiência (8,6%).

Dessa forma, o índice de dependência se consolida da seguinte forma:

- O índice de dependência infantil é de 61,2%, ou seja, para cada 100 pessoas em idade ativa há 61 crianças ou adolescentes que dependem dessa população para o seu sustento e cuidados.
- O índice de dependência de idosos é de 10,4%, que indica que significa que a cada 100 pessoas há 10 idosos que dependem dessa população para seu sustento ou cuidados.
- O índice de dependência de pessoas com deficiência (PcD) é de 16%, o que significa que existe, aproximadamente, a cada 100 pessoas, 16 com deficiência que dependem do sustento e do cuidado da população economicamente ativa.

Sendo assim, o Índice de dependência total ajustado (IDTA), 88%, reflete a pressão total sobre a população em idade ativa, considerando não apenas crianças e idosos, mas também pessoas com deficiência que podem ter limitações para o trabalho. O que indica que para cada 100 pessoas em idade ativa sem deficiência,

há aproximadamente 88 que dependem dos seus cuidados e sustento, o que indica uma forte pressão sobre a população em idade ativa, o que pode levar parte considerável desse segmento populacional em idade ativa a dedicar-se na realização atividades de domésticas, pressionando ainda mais aqueles que se dedicam a atividades geradoras de renda e subsistência. É necessário um maior aprofundamento sobre os arranjos familiares da região e modo como são distribuídas as responsabilidades para manutenção da subsistência para melhor atuação da política de assistência social nos termos da Matricialidade Sociofamiliar.

Por outro lado, os dados sugerem uma baixa taxa de inscrição no CadÚnico na região quando comparado com os dados populacionais disponibilizados pelo PMPV a taxa de inscrição é aproximadamente de 35,2%. Importante observar que essa proporção demonstraria uma cobertura ainda menor se calculada sobre a população total de ribeirinhos do município (alto e médio madeira). Quando comparado com a cobertura de outras regiões, como: Rondônia (52,31%) da região norte (64,48%) e nacional (46,31%), a cobertura de usuários inscritos (35,2%) do Baixo Madeira, sugerem um déficit de inscrições da população, pois além da diferença entre inscritos e a população total, sabe-se que a população é um público em potencial dos serviços da assistência social. Sendo necessário realizar ações de busca ativa para sanar o déficit cadastral deste público no território.

De forma geral, os dados reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas para a assistência social, educação, qualificação profissional e inclusão social produtiva, buscando melhorar as condições de vida dessa população e reduzir as desigualdades sociais presentes na região.

## **8. Das relações sociais ribeirinhas do Baixo Madeira.**

Nas comunidades do Baixo Madeira é possível ver as pessoas se reunindo em diversos locais: igrejas, praças, bares, comércios e pousadas. É comum encontrar bancos feitos de ripa ou toco de árvores embaixo de árvores que servem como ponto de encontro. Há também os campos de futebol que além de ser um tipo de lazer diário também são locais propícios para o encontro, não apenas para os que participam da atividade, mas também daqueles que ficam nas arquibancadas ou pelos arredores conversando.

As comunidades do Baixo Madeira formam uma rede de relações sociais. Possuem uma interação histórica entre si que se relaciona diretamente com a formação de cada comunidade. É comum encontrar ribeirinhos em visita de outras localidades que por motivos diversos, como trabalho, visita e recreação, a exemplo dos festejos. Geralmente as visitas são feitas em família, se um homem vai realizar um trabalho em outra comunidade, sua esposa e filhos pequenos acompanham, presenciei essa ocorrência em duas ocasiões, uma em Tira Fogo e outra em Catarina. Havendo necessidade de pernoitar na localidade visitada, contam com a solidariedade da família anfitriã que também oferece alimentação e companhia integral. De igual modo, nos festejos toda comunidade se organiza para receber o

fluxo de visitantes de outros locais, são momentos que marcam as dinâmicas sociais das comunidades por meio das brincadeiras e trocas de afetos, onde as famílias se reencontram para se divertir e diversos visitantes possam circular nos espaços.

Outro caso comum são os trabalhadores que realizam trabalhos sazonais na região que muitas vezes buscam apoio de alguma família por meio do estabelecimento de laços de amizade, dedicando horas de conversa e gestos de afetividade com algum morador local. Em Catarina, uma senhora que acompanhava seu esposo na atividade garimpeira em frente a vila, com um motor cinquenta, foi até a comunidade onde ficou conversando por horas com uma família que não conhecia previamente. Ao sair, essa família a ajudou com gelo e água que necessitava, como gesto de agradecimento, e deixou dez reais com uma das crianças da casa para comprar refrigerante para ela e sua pequena irmã, advertindo que era para dividir com ela e prometendo voltar posteriormente. É notável que há uma predisposição dos ribeirinhos a se ajudarem independente das relações estabelecidas previamente. Certo momento encalhados em meio ao rio, logo um dos trabalhadores da plataforma de extração de areia veio até nossa embarcação paramentado com equipamentos para realizar o conserto, nos ajudando até conseguir resolver o problema sem exigir qualquer compensação, “no Madeira temos que nos ajudar” nos disse enquanto se despedia. Outra ocasião, ao chegar em uma vila que não havia local para servir almoço, prontamente uma das moradoras nos ofereceu o alimento que estava cozinhando para sua família se sentindo constrangida em receber qualquer valor monetário, mesmo que de forma simbólica pela sua hospitalidade.

De modo geral, verificamos que o Baixo Madeira se conforma enquanto uma rede de relações sociais constantemente tecida pelos seus habitantes por meio de vínculos de solidariedade que compõem a identidade regional. Verificou-se que os conflitos também se fazem presentes no cotidiano dos moradores, ao perguntar sobre os problemas que existem na região, uma liderança local respondeu que o maior problema é a “inveja”. Não foi possível aprofundar nessa questão, mas indicava os conflitos e disputas que existem no âmbito das próprias comunidades, expressas naquela ocasião nas diferentes organizações que disputavam a legitimidade e o reconhecimento comunitário (Associações, Cooperativas e Administração Distrital). A “inveja” também apareceu no relato de um morador de Calama que relatou o descaso de alguns moradores que naquele período de seca não se preocupavam com o cuidado sobre o território, a exemplo do recorrente descarte de bitucas de cigarros sobre alguns roçados naquele período de seca, levando a perda de áreas plantadas daqueles que estão sendo bem sucedidos em suas empreitadas. Observou-se também que as contendas familiares se expandem para outros aspectos da vida social, os desentendimentos que se inserem nas dinâmicas políticas do território levando a formação de grupos de interesses distintos, por mais que compartilhem problemáticas comuns. A realização de ações que envolvam essas comunidades devem se atentar para estas questões de modo

a não intensificar os conflitos, mas mediar e atender de forma proporcional os diferentes grupos comunitários. Importante salientar, a família não é apenas um local de acolhimento, mas também escutou-se diversos relatos envolvendo violência que demonstra ser uma instituição que também carrega conflitos e contradições que o trabalho social com as famílias deve levar em consideração.

De forma geral, há uma simetria na população de ribeirinhos marcada pela realização das atividades de subsistência complementada pelo recebimento de benefícios assistenciais. Nas comunidades verificou-se que muitas famílias convivem há décadas e se relacionam cotidianamente. Compartilham não apenas as dificuldades inerentes de um território como o difícil acesso a bens e serviços públicos, mas efetivamente estabelecem um regime de solidariedade capaz de mitigar ou ao menos atenuar estas vulnerabilidades sociais, a exemplo dos mutirões que são realizados nos roçados, os reparos na infraestrutura comunitária e as diversas “ajudas” recebidas e realizadas cotidianamente, solidariedades presentes nos diversos aspectos da vida. Nesse sentido, a vivência comunitária é uma marca das relações sociais na região, se sentir bem acolhido e integrado à comunidade. Reconhecer todos os moradores e ser reconhecido por eles, sentar e conversar sem pressa sobre suas histórias e amenidades da localidade. Andar pelas ruas sem temer a violência que acomete outras cidades como a Capital. Um relacionamento pessoal com cada morador da localidade permite não apenas o reconhecimento de cada indivíduo, mas a identificação daquelas pessoas que são de fora, permite a criação de uma rede de apoio local na qual a informação circula rapidamente em toda comunidade. De outro lado, a rede de apoio familiar pode sofrer limitações quando permeada de conflitos e violência que são naturalizadas, sem uma resposta contundente a violações de direitos ocorridas em seu âmbito por parte dos seus membros.

## **Idosos**

Durante as visitas no território foi observado uma maior circulação de idosos homens pelas comunidades, geralmente em frente suas casas, tecendo rede ou conversando em pequenos grupos. Observou-se que muitos estão bem integrados socialmente, sendo parte de seus cotidianos além das visitas a seus vizinhos, a realização de alguns afazeres como a horticultura e a pesca. Àqueles que possuem algum tipo de comércio dedicam-se a sua administração, passando o dia-a-dia nestes locais onde geralmente se tornam pontos de encontros. Em relação às mulheres idosas, verificou-se uma menor presença nos locais públicos, geralmente são encontradas nas casas onde se dedicam aos cuidados domésticos e familiares, recebendo diariamente visitas de vizinhos, amigos e familiares. Em Nazaré visitei uma idosa que ainda se dedica integralmente aos cuidados de sua casa. Notou-se que rotineiramente conta com suporte de vizinhos para atividades mais pesadas e que é um passatempo de grande valor é o recebimento de visitas de distintas pessoas em sua residência, uma vez que não possui família vivendo naquela comunidade. Percebe-se a importância dos vínculos comunitários como meio de

prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais. Nesse sentido, é importante que o trabalho social com os idosos nas comunidades se atente para prevenção da situação de isolamento, violação de direitos, negligência de modo a sensibilizar não apenas a família, mas o fortalecimento dos vínculos comunitários para o cuidado e atenção com esse público.

### **Pessoas com Deficiência**

No trabalho de campo foi observado a circulação de algumas pessoas com deficiência, principalmente mental, e a interação destas com seus vizinhos por onde passavam. Os moradores sabiam seus nomes, históricos, vínculos familiares, características e hábitos comuns praticados no cotidiano das comunidades. Foi observado que havia uma livre circulação, mas não um trabalho específico para o desenvolvimento da autonomia e do autocuidado. Por outro lado, durante o trabalho de campo não foi possível fazer um levantamento mais específico das limitações vivenciadas por pessoas portadoras de outras deficiências, sendo importante o aprofundamento desta questão em futuras pesquisas. Foi escutado um relato de abuso sexual contra uma mulher deficiente em que houve mobilização familiar e comunitária para seu enfrentamento, o que resultou na mudança do violador para outro local. Sendo assim, é importante o fortalecimento dos canais de denúncia e enfrentamento de violações no âmbito das comunidades e o trabalho social preventivo para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como o desenvolvimento de autonomia desse segmento populacional.

### **Mulheres**

Em relação às mulheres que estão dentro da economia familiar, elas dedicam-se em maior número aos cuidados domésticos/familiares e prestam apoio às atividades de subsistência como as atividades do roçado. Observa-se que dos relatos relacionados a violência doméstica, elas são em maior medida as vítimas, geralmente associado ao uso e abuso de álcool pelo agressor. A ocorrência destas violências são de conhecimento dos moradores da comunidade, dependendo da conjuntura local não há denúncia, especialmente quando a mulher está inserida no círculo familiar e social do violador. O que é agravado com a especificidade ribeirinha de dificuldade de acesso, levando em consideração o rio e recursos financeiros para o deslocamento. É importante que seja realizado o fortalecimento da rede de apoio e canais de denúncias às mulheres da região, inclusive com o desenvolvimento de políticas que incentivem a geração de renda e a autonomia em relação ao sujeito violador. Por outro lado, verificou-se a existência de mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade devido à separação do parceiro, e, ao serem abandonadas com os filhos, tornam-se dependentes da solidariedade de vizinhos e familiares.

Houve um caso observado em campo de uma mãe solteira que possuía cerca de oito filhos. Neste caso, verificou-se a necessidade do fortalecimento da assistência e do planejamento familiar. Durante o trabalho de campo verificou-se que muitas famílias vem apoiando suas filhas a dedicarem-se aos estudos, inclusive buscando locais com melhor oferta na capital, como um modo de sair do ciclo de dependência e exclusão experimentado na realidade ribeirinha. Essa situação também foi observada durante a pesquisa em uma família onde sua única filha vive na capital longe dos pais, e pode-se ser analisado que essa situação deixa os familiares aflitos e com uma saudade constante, que se mistura com a esperança de um futuro melhor. Observou-se no trabalho de campo mulheres assumindo diversos postos de trabalho fora do ambiente familiar: gestoras, professoras, agentes de saúde, servidoras públicas, portanto esse fato continua sendo exceção ao que a maioria das mulheres vivenciam na região.

### **Crianças e Adolescentes**

Sobre as crianças e adolescentes observou-se que há grande circulação delas nas comunidades, em Calama verificou-se intensa circulação de crianças e adolescentes inclusive no período noturno. Durante a visita de Demarcação, uma criança ao observar o pesquisador andando sozinho em busca de uma liderança, se dispôs a levá-lo até a residência deste representante comunitário, no caminho apresentou o nome de cada morador, suas histórias, esse fato demonstra que desde a tenra idade são integrados as dinâmicas comunitárias, suas histórias, saberes e relações. Dentre os problemas relatados destacam-se o uso de drogas sem a devida repressão policial, a ausência de oportunidade de estudos, a delinquência marcada por atos de vandalismos e a atividade sexual precoce. Em relação a esta última, pode envolver problemáticas como gravidez na adolescência e abuso sexual. Por último, verificou-se que na saúde e na educação há relatos pelos profissionais de problemas envolvendo o trabalho infantil dos menores.

### **9. Da atividades produtivas e de subsistência no Baixo Madeira.**

Aproximadamente 53,20% da população inscrita no CadÚnico pode ser classificada como em idade ativa. Além das atividades domésticas referentes aos cuidados do lar e familiar, o trabalho é um aspecto fundamental da vida humana, compreendido como a atividade que transforma a natureza para a manutenção da vida.

Sendo assim, por meio do trabalho os seres humanos se formam a si mesmos e tomam consciência do seu lugar no mundo. No caso da população ribeirinha do Baixo Madeira, a interação com a natureza orienta suas ações, acionando saberes e práticas tradicionais para organização das atividades produtivas, conforme épocas e estações do ano e a disponibilidade de recursos naturais. Conforme apresentado na seção anterior, as informações disponíveis no

CadÚnico demonstram que apenas 11% realizou algum trabalho remunerado nos últimos 12 meses, o que reforça a prevalência de atividades de subsistência próprias da economia rural no âmbito dessa população.

A lógica dos ribeirinhos em relação à gestão dos recursos naturais se diferencia da noção de propriedade privada nos termos da economia capitalista, pois além das atividades serem organizadas de forma sazonal, conforme a disponibilidade de recursos naturais, há a gestão comunitária dos espaços e o trabalho realizado por meio da produção associada. O levantamento de dados que fundamentam esse primeiro diagnóstico foi realizado no período de seca em que os trabalhos das comunidades se voltavam em maior medida para a realização do plantio da macaxeira.

Na comunidade de Demarcação, a associação local realizou a abertura de área para o roçado por meio do manejo do fogo de aproximadamente 5 hectares localizado em terra firme. Posteriormente realizaram a distribuição de áreas para o cultivo entre os associados que ficariam responsáveis por territórios em média de um a meio hectare. Após a realização do cultivo, a maior parte das atividades são realizadas de forma coletiva, como: colheita, descascamento, transporte, torra e ensacamento. Durante o período de pesquisa na comunidade observou-se que os membros da associação se distribuíam em pequenos grupos que realizavam diversas atividades conjuntamente. Observou-se um grupo de homens envolta de uma caixa d'água fazendo a descascamento de macaxeira, enquanto outro grupo realizava o transporte para a farinheira onde seria realizada a torra. Ao final do processo, o lucro da venda corresponde a produção realizada na área em que o produtor inicialmente recebeu para o plantio, deixando parte da produção para a associação pelo uso da farinheira.

Durante a visita à Demarcação, não observou-se a participação de mulheres na produção, apesar dos moradores relatarem a inclusão delas durante todo processo produtivo. Por outro lado, fora do escopo de atuação da associação, há áreas que são reconhecidas pelo uso tradicional de determinadas famílias que a utilizam por algumas gerações e possuem suas farinheiras particulares. Nessas áreas geralmente o trabalho é realizado pelo núcleo familiar mais restrito, envolvendo não apenas as mulheres, mas as crianças, adolescentes, além da parentela extensa e vizinhos. Durante o trabalho de campo verificou-se que algumas áreas aos poucos deixam de ser utilizadas para produção de macaxeira por desinteresse dos mais jovens darem seguimento às atividades tradicionais e buscarem outras oportunidades nos centros urbanos.

Na produção de farinha verificou-se que nesta comunidade apesar da gestão comunitária e da produção associada, possuem grandes dificuldades para administração burocrática das associações e da cooperativa. A associação dos trabalhadores e a cooperativa/agroindústria de farinha encontravam problemas para o seu pleno funcionamento. O caso da associação estava inapta por pendências junto ao cartório e receita federal, o que torna um impedimento para captação de

recursos para o fortalecimento da atividade produtiva local. Por outro lado, a cooperativa por problemas de gestão e técnicos no maquinário sem respectiva manutenção, fato que suspendeu suas atividades por tempo indeterminado. É imperativo o fortalecimento da administração das organizações sociais na região, para o enfrentamento dos diversos outros problemas comuns aos produtores, como a dificuldade de comercialização deste produto diretamente no mercado, sem atravessadores que pagam valores muito abaixo do mercado com objetivo de revender nos centros urbanos e a implementação de tecnologias na prática tradicional, como utilização de tratores, máquinas de embalagem e etc.

Com o prosseguimento do trabalho de campo poder-se-á verificar como as organizações das atividades produtivas são capazes de mitigar as vulnerabilidades e riscos sociais. O horizonte observável pelos dados demonstram um alto índice de dependência e uma considerável vulnerabilidade econômica e social, visto que cerca de 82% da população ribeirinha conta com renda per capita de até meio salário mínimo: 60,7% na faixa de pobreza e 21,6% baixa renda. O fortalecimento das atividades produtivas implica diretamente no apoio voltado ao desenvolvimento socioeconômico local para geração de emprego e renda deste segmento populacional. Não foi possível realizar o levantamento sobre o modo de gestão comunitária dos outros recursos naturais disponíveis no território. Mas indica-se a existência das atividades se relacionam diretamente com o uso e ocupação destes recursos:

- Agricultura: principalmente da macaxeira, banana e melancia. A produção para venda de banana e melancia é realizada em maior medida em áreas de várzea no período da seca quando essas terras ficam disponíveis para o plantio. Por outro lado, a macaxeira é possível ser realizada nestas áreas, mas também em terra firme. Essas culturas mobilizam não apenas trabalhos comunitários, mas eventos como a Feira da Farinha em Demarcação e a Festa da Melancia em Nazaré como meio de promover o produto regional e fomentar sua comercialização.
- Horticultura: diferente da produção para venda, se refere ao plantio de ervas, árvores, flores, plantas próximas às residências. Geralmente realizado no espaço doméstico onde são plantadas árvores frutíferas e hortaliças para alimentação, ervas para chás e temperos, flores para ornamentação. Essa é uma atividade que faz parte do cuidado doméstico realizada cotidianamente pelas famílias ribeirinhas.
- Criação de animais: atividade escassa na região, mas observada em algumas residências com a criação de galinhas. Muitos moradores relatam que diante da escassez de peixe, o alimento mais consumido foi o frango congelado. O fomento à criação sustentável de animais de pequeno porte pode ser um meio de fortalecer a proteção das famílias contra vulnerabilidade



econômica em períodos de escassez de alimentos.

- Extrativismo vegetal: do látex, açaí, copaíba, castanha, madeira. Atividade pouco relatada enquanto atividade relevante na região, apesar do potencial existente nas unidades de conservação e também não sendo o período correspondente com a pesquisa de campo. Durante o trabalho de campo foi observado apenas trabalhos associados à extração tradicional da madeira para construção de residências. Uma atividade associada é a do serrador que adentra na floresta para derrubar e serrar as madeiras propícias para construção, esse profissional pode contratar na diária outras pessoas para realizarem o transporte dessa madeira para as comunidades. Os dados do CadÚnico demonstram que a maior parte das construções são realizadas com madeira que pode indicar ser este um trabalho bem requisitado na região.
- Pesca: Pirarucu, Tambaqui, Pacú, Dourado, Jaraqui, Surubim e etc. É comum encontrar nas comunidades os pescadores tecendo suas redes para a pesca. No período do trabalho de campo que correspondeu ao período da seca, na ocasião da crise hídrica, os peixes estavam escassos, sendo pouco observados na dieta dos ribeirinhos, apesar de muito apreciados por esta população. De fato, a escassez de peixe neste período representava uma dor que era sentida ante a problemática ambiental atípica e vivenciada naquele período.
- Caça: cateto, queixada, tatu, jacaré e etc. Foi observado que carne de caça no período de crise hídrica foi uma das principais fontes de alimentação. Em praticamente todas as comunidades foi observado o consumo de carne de caça, principalmente do cateto, ou, porco do mato. As condições e meios que são realizadas esse tipo de atividade não foram levantadas durante o trabalho de campo.
- Garimpo: artesanal em balsas com objetivo de extração de ouro. É uma atividade que é pouco utilizada atualmente diante da forte repressão policial que existe na região. Mas é possível observar algumas balsas distribuídas pela região e nas adjacências das comunidades, algumas vindas de outras regiões em busca de locais favoráveis para extração do ouro. É possível que recrutem nas comunidades pessoas para servir como mão de obra para esta atividade.

Cada uma destas atividades se inserem no calendário anual de produção das comunidades ribeirinhas que se orientam conforme as complexas dinâmicas socioterritoriais e interagem com as vulnerabilidades e riscos sociais. Além dessas, algumas atividades de destaque observadas no Baixo Madeira com potencial para expansão para o incremento da economia local é o:

- Artesanato: confecção de adornos, fornos e lixeiras ecológicas.
- Marcenaria: construção de casas, embarcações, escadas, e móveis.
- Agroindústria: farinha, polpa de fruta e castanha.
- Turismo: na área da pesca, ecológico e cultural.

Outras atividades realizadas em maior medida nas sedes dos distritos próprias de uma urbanização emergente, como:

- Comércio: mercearia, restaurante, bares e sorveteria.
- Turismo: pousada, hotel e guia turístico local.
- Transporte: barqueiro, transporte fluvial de pessoas e mercadoria.
- Serviços pessoais: cabeleireiro, manicure e carregador.

Pelo fato das sedes dos distritos serem unidades políticas de referências para as diversas localidades da região agregam serviços públicos e os profissionais que são responsáveis pela oferta contribuem para o desenvolvimento da economia local:

- Educação: professores e trabalhadores das escolas.
- Saúde: médico, enfermeiro, técnico em enfermagem e agentes de saúde.
- Infraestrutura: eletricitas/leituristas da rede de energia, coletores de lixo.
- Segurança: guarnição da polícia.

Nota-se que a região há potencialidade para o etnodesenvolvimento por meio do uso sustentável da multiplicidade de recursos naturais disponíveis no território, como o próprio rio e as unidades de conservação que se encontram no entorno das comunidades. O fortalecimento das atividades produtivas tradicionais, que são a base econômica das comunidades ribeirinhas, permitem uma melhor capacidade de resposta para o enfrentamento das suas vulnerabilidades sociais. De igual modo as atividades relacionadas ao artesanato, extrativismo, turismo e agroindústria tem potencial de expansão como meio de incrementar a economia local.

## **10. Um problema social da perspectiva dos moradores do Baixo Madeira.**

As transformações socioambientais representam um grande desafio que as comunidades do Baixo Madeira têm vivenciado nos últimos anos. Grande parte dos relatos dos moradores locais, tratam que mudanças significativas começaram com a implantação das hidrelétricas no curso do rio Madeira, conforme relatos locais desde a construção muitos peixes começaram aparecer mortos e a fertilidade do solo começou a diminuir, devido as dinamites e concreto que foi expelido na ocasião da construção. Dois anos após a inauguração da Hidrelétrica de Santo Antônio ocorreu a grande enchente de 2014 que afetou todas as comunidades do Baixo Madeira, obrigando diversas famílias migrarem para outras regiões em busca de abrigo. Após a enchente relatam que o rio não voltou ao seu volume natural de cheias e vazantes. Relatam que as enchentes não têm sido suficientes para formação de

igapós que possam retroalimentar os peixes que sobem o rio, nem conectar outros rios, lagos e lagoas para permitir a subida dos peixes, conhecida como piracema. Outro fato que indica a diminuição no leito do rio é o aumento do fenômeno da terra caída, que é o deslizamento de grandes barrancos composto por terras e árvores. Além das terras caídas, relatam que grande quantidade de areia tem aterrado paulatinamente o rio. Um morador relatou que a Hidrelétrica “matou a correnteza do rio”, que antigamente era muito mais forte e capaz de levar esses dejetos que atualmente começam se acumular em seu curso. As barragens atrapalham a migração de peixes, o movimento de subida e descida nos períodos correspondentes.

Durante o trabalho de campo que correspondeu ao período da seca severa, agravado pelo El-Niño 2023/2024, ocasião em que foi decretado a situação de emergência em decorrência da crise hídrica (Decreto nº 29.252 de 2024), verificou-se que as percepções socioambientais se mostravam sensíveis a essas transformações, era comum escutar relatos carregados de melancolia, diante do impacto que causava na vida cotidiana. O Rio Madeira encontrava-se em baixa histórica, muitos bancos de areia formavam-se em seu leito de modo que a navegação não era possível em algumas áreas. Fatores adicionais que agravaram a situação no período de seca foram as intensas queimadas e desmatamento que ocorrem nas adjacências das comunidades que literalmente encontravam-se debaixo de fumaça. Por meio de informações colhidas em campo, nas proximidades de Demarcação e Calama, diversas ações de desmatamento foram realizadas por grileiros que buscam formar ilegalmente propriedades rurais para a venda. Com o desmatamento em larga escala o aumento da temperatura é sentido pelos ribeirinhos da região que estranham as transformações socioambientais que tem passado. O ribeirinhos relatam que tem impactado sua alimentação, principalmente pelo consumo de peixe, devido às secas extremas que ocorreram durante os últimos dois anos causaram um momento de escassez de peixe, o que impactou a diretamente na qualidade da dieta desta população que passou do peixe fresco para o frango congelado, comprado nas mercearias locais. Essa mudança impacta diretamente o orçamento familiar, pois marca um aumento de custo financeiro com alimentação por meio da compra associado à diminuição do peixe enquanto uma fonte de proteína tradicional da região, que também pode ser uma fonte de rendimentos por meio da venda. Em muitos casos percebeu-se que a alimentação foi complementada com carne da caça que também é típica da dieta ribeirinha.

Por outro lado, a seca extrema diminui áreas de várzea disponíveis para a agricultura, o que afeta na capacidade produtiva da economia tradicional. O principal produto cultivado na região é a macaxeira/mandioca, fonte do carboidrato básico da dieta cotidiana por meio do consumo da farinha. Com a maior estiagem e os rios não alcançando os níveis ótimos de cheia acarreta a diminuição das áreas de várzea disponíveis para o cultivo, levando alguns produtores buscarem terras altas para plantação por meio do sistema de coivara. O enfraquecimento da economia tradicional marca maior vulnerabilidade das famílias ribeirinhas, pois não se trata

apenas de um meio de renda, mas fonte de recursos naturais para manutenção da vida. No período de Crise Hídrica, marcada pelo aumento da temperatura e da qualidade do ar devido às intensas queimadas impactam diretamente a qualidade do ar, consequentemente a saúde e a qualidade de vida da população local, além de pressionar os ciclos ecológicos, colocando em risco a disponibilidade de água potável e dos recursos naturais essenciais para a economia tradicional. Verificou-se que a seca extrema também prejudicou o acesso à políticas públicas e a logística da economia local, sendo observado a dificuldade de acesso a algumas comunidades pela pouca profundidade do rio, da dificuldade transporte dos estudantes para a sede dos distritos e o receio coletivo de que um maior agravamento da seca poderia representar o isolamento total da comunidade. É perceptível nesta realidade um forte sentimento de insegurança climática, pois são diversos fatos que impactam negativamente o modo de vida tradicional que tem como base a gestão dos recursos naturais. Entretanto, desde o segundo semestre de 2024, o La Ninã se consolidou, trazendo mudanças nos ciclos das chuvas, no primeiro semestre de 2025, parte das comunidades da região começaram vivenciar outra vez as cheias. É necessário a realização do trabalho de campo para verificação do modo como a cheia tem impactado as percepções, justificativas, narrativas a respeito dessas mudanças compõem o acervo de representações sociais da população local uma vez que estas acompanham as dinâmicas territoriais.

## 11. Da vulnerabilidade e dos riscos sociais.

As dinâmicas socioambientais são fatores que contribuem para o agravamento ou mitigação das vulnerabilidade social nas comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira. As mudanças ambientais impactam diretamente nos recursos naturais que a economia local depende para subsistência e geração de renda, verifica-se um sentimento generalizado de insegurança climática associado a diminuição na qualidade de vida da população local. A maior parte dos moradores relaciona as mudanças ambientais à intervenção antrópica que diferente do uso tradicional marcado pela sustentabilidade há forte caráter predatório que prejudica os ciclos ecológicos reprodutores dos recursos naturais. A vulnerabilidade social é fortalecida pela ausência de serviços essenciais, infraestrutura e cobertura fragilizada das políticas públicas ofertadas na região, inclusive os conflitos sociofamiliares que tornam as famílias ribeirinhas mais suscetíveis a riscos sociais. Segue abaixo a matriz de vulnerabilidades e riscos sociais com base nos dados levantados na elaboração do presente diagnóstico social.

| <b>Eixo</b>                             | <b>Vulnerabilidade</b>                                  | <b>Risco Social</b>                               | <b>Recomendação</b>                                            |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| <b>Meio ambiente e Sustentabilidade</b> | Exploração ilegal dos recursos naturais, desmatamento e | - Conflitos fundiários;<br>- Perda de territórios | - Implementação de ações integradas de fiscalização ambiental; |

|  |                                                                        |                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | grilagem;                                                              | <p>tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Violência no campo;</li> <li>- Criminalização das lideranças locais;</li> <li>- Deslocamento forçado;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar política de reforma agrária;</li> <li>- Implantação de um programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) para que os ribeirinhos sejam agentes ativos na preservação socioambiental das Unidades de Conservação;</li> </ul>                                                                                                                                                    |
|  | Exploração regular dos recursos naturais;                              | Impacto negativo sobre os recursos naturais da região caso não tenha o devido monitoramento e respectiva política de mitigação;                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer mecanismos participativos e intersetoriais para monitorar os impactos sociais da hidrelétrica e hidrovía com representação ribeirinha;</li> <li>- Fortalecer a política de contrapartidas sociais e ambientais com base em estudos de impacto atualizados e auditáveis;</li> <li>- Articular ações para garantir direitos coletivos frente a grandes empreendimentos;</li> </ul> |
|  | Falta de coleta de lixo e saneamento básico;                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proliferação de doenças por meio da água;</li> <li>- Mortalidade infantil;</li> <li>- Contaminação ambiental contínua;</li> </ul>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a oferta de serviços de coleta e saneamento básico;</li> <li>- Criar programas de educação ambiental nas escolas e nas comunidades;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                     |
|  | Práticas inadequadas de descarte de resíduos sólidos (queima/enterro); | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de doenças respiratórias;</li> <li>- Contaminação do solo e água;</li> </ul>                                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover tecnologias sociais para gestão de resíduos (composteiras,</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                           |                                                           |                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           |                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação ambiental com reflexos na saúde;</li> </ul>                                                                                                      | biodigestores, coleta comunitária)<br>- Implantar sistemas simplificados de saneamento ecológico e abastecimento de água;                                                                                                                                     |
|                                           | Insegurança climática;                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Risco de enchentes e secas extremas;</li> <li>- Destruição de casas e plantações;</li> <li>- Insegurança alimentar;</li> <li>- Migração forçada;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver plano de contingência climática com participação comunitária;</li> <li>- Criar canais de comunicação com as lideranças comunitárias a fim de informar sobre atualizações de dados climáticos;</li> </ul> |
| <b>Infraestrutura e Serviços Públicos</b> | Falta de transporte público;                              | Isolamento social; dificuldade de acesso à saúde, educação e benefícios sociais;                                                                                                                     | Ampliar a política de mobilidade para áreas ribeirinhas, com rotas regulares fluviais públicas;                                                                                                                                                               |
|                                           | Moradias improvisadas;                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vulnerabilidade a desastres naturais;</li> <li>- Insalubridade;</li> <li>- Risco à integridade física e mental das famílias;</li> </ul>                     | Promover programas habitacionais adaptados à realidade amazônica;                                                                                                                                                                                             |
|                                           | Cobertura insuficiente de ambulâncias sobre o território; | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agravamento de quadros clínicos;</li> <li>- Aumento da mortalidade;</li> <li>- Desassistência em emergências;</li> </ul>                                    | Expandir o serviço de saúde móvel com inclusão de ambulâncias nas localidades descobertas;                                                                                                                                                                    |
| <b>Educação</b>                           | Alto índice de analfabetismo e evasão;                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reprodução intergeracional da pobreza;</li> <li>- Exclusão do mercado de</li> </ul>                                                                         | - Ampliar a oferta do EJA (educação de Jovens e Adultos) com metodologias contextualizadas                                                                                                                                                                    |

|                                           |                                 |                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                           |
|-------------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                           |                                 | trabalho;<br>- Aumento da dependência de políticas assistenciais;                                                                  | com a realidade ribeirinha;<br>- Fortalecer políticas de permanência escolar (transporte, alimentação adequada e materiais)<br>- Formar professores para atuação em contextos interculturais;                                             |
|                                           | Alimentação escolar inadequada; | - Déficit nutricional;<br>- Prejuízo ao aprendizado;<br>- Aumento da evasão escolar;                                               | Rever cardápios da merenda escolar para inclusão de alimentos regionais e valorização da produção local, além da quantidade suficiente para o contexto rural amazônico;                                                                   |
| <b>Proteção Social e Direitos Humanos</b> | Trabalho Infantil;              | - Prejuízos ao desenvolvimento físico, cognitivo e emocional;<br>- Evasão escolar;<br>- Exploração e perpetuação da pobreza;       | - Fortalecer o acesso à justiça;<br>- Fortalecer os serviços de proteção básica e especial em territórios ribeirinhos;<br>- Realizar campanhas educativas sobre direitos, proteção da infância e enfrentamento às violências;             |
|                                           | Violência de Gênero;            | - Trauma psicológico;<br>- Rompimento de vínculos familiares e comunitários;<br>- Naturalização da violência;<br>- Subnotificação; | - Fortalecer canais de denúncia contra violência doméstica e familiar;<br>- Fortalecer o acesso à justiça;<br>- Fortalecer os serviços de proteção básica e especial em territórios ribeirinhos;<br>- Realizar campanhas educativas sobre |

|  |                                 |                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                 |                                                                                                                                                                                                        | direitos, proteção da mulher e enfrentamento às violências;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|  | Abuso Infantil;                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Trauma psicológico;</li> <li>- Rompimento de vínculos familiares e comunitários;</li> <li>- Naturalização da violência;</li> <li>- Subnotificação;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer canais de denúncia contra violência doméstica e familiar;</li> <li>- Fortalecer o acesso à justiça;</li> <li>- Fortalecer os serviços de proteção básica e especial em territórios ribeirinhos;</li> <li>- Realizar campanhas educativas sobre direitos, proteção da infância e enfrentamento às violências;</li> </ul>  |
|  | Tráfico de drogas e drogadição; | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da violência comunitária;</li> <li>- Cooptação de jovens para o crime;</li> <li>- Vício e dependência química;</li> </ul>                             | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a política de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas;</li> <li>- Promover a oferta de política de reinserção social e tratamento daquelas dos dependentes químicos;</li> <li>- Incentivar a atuação de organizações sociais que trabalham na redução de danos, tratamento e cuidado de dependentes químicos;</li> </ul> |
|  | Abuso de Álcool                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da violência comunitária;</li> <li>- Vício e dependência química;</li> </ul>                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover políticas públicas para o combate ao abuso de álcool;</li> <li>- Promover campanhas de combate a violência</li> </ul>                                                                                                                                                                                                      |



|  |                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | doméstica;<br>- Incentivar a atuação de organizações sociais que trabalham na redução de danos, tratamento e cuidado de dependentes do álcool (ex. Alcoólicos Anônimos);                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|  | Fragilidade dos serviços socioassistenciais voltados para idosos e pessoas com deficiência (PcD) | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Isolamento social e agravamento de condições emocionais;</li> <li>- Violação de direitos por negligência, abuso ou abandono;</li> <li>- Sobrecarga das famílias cuidadoras, gerando adoecimento físico e mental;</li> <li>- Invisibilidade desses grupos no planejamento e execução das políticas locais;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliar a cobertura dos serviços de proteção social especial e básica com estratégias para atendimento da população ribeirinha;</li> <li>- Fortalecer a atuação de equipes volantes para atendimento e acompanhamento das famílias;</li> <li>- Realizar busca ativa de Idosos e PcD's nas comunidades ribeirinhas;</li> <li>- Estimular a criação de grupos de convivência locais com apoio comunitário e intergeracional;</li> </ul> |
|  | Notícia da existência de                                                                         | - Invasão e conflitos;                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Encaminhamento da informação para o órgão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

|                                     |                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                     | grupos indígenas no Mayci sem correspondente Terra Indígena Demarcada; | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de proteção legal de território tradicional;</li> <li>- Perda da cultura e identidade;</li> </ul>                                                                                                                                        | indigenista competente para conhecimento e providências;                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>CadÚnico e Políticas Sociais</b> | Baixa cobertura e baixa qualidade dos dados do CadÚnico;               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Exclusão do acesso a serviços e programas sociais;</li> <li>- Invisibilidade estatística;</li> <li>- Subcobertura dos grupos mais vulneráveis;</li> <li>- Ausência de dados qualificados para o planejamento de políticas públicas;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar ações de busca ativa e atualização no Cadastro Único;</li> <li>- Capacitação dos entrevistadores com foco na escuta qualificada e preenchimento completo dos formulários;</li> <li>- Implantar estratégias específicas para GPTE;</li> </ul> |
| <b>Economia e Trabalho</b>          | Alta dependência econômica, baixa inserção produtiva;                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insegurança alimentar;</li> <li>- Abandono de jovens;</li> <li>- Ciclos contínuos de pobreza;</li> <li>- Sobrecarga do responsável pelo cuidado familiar;</li> </ul>                                                                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir em qualificação profissional em áreas como pesca, turismo, agroecologia e artesanato;</li> <li>- Fortalecer os serviços de proteção básica e especial em territórios ribeirinhos;</li> </ul>                                                 |
|                                     | Alta incidência de hérnia de disco na população;                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incapacidade laboral parcial ou permanente;</li> <li>- Aumento da dependência econômica dentro do núcleo familiar;</li> </ul>                                                                                                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar monitoramento epidemiológico e registro sistemático de doenças;</li> <li>- Implantar ações de saúde dos trabalhadores com foco preventivo e reabilitador;</li> </ul>                                                                         |

|  |                                                                                          |                                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |                                                                                          |                                                                                                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover oficinas de ergonomia popular e cuidado corporal com base na realidade ribeirinha;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                        |
|  | Fragilidade das organizações comunitárias;                                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa geração de renda local;</li> <li>- Dependência de subsídios externos;</li> <li>- Perda da autonomia comunitária;</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer as cooperativas e associações com apoio técnico-contábil e formação em gestão;</li> <li>- Investir no beneficiamento da produção local viabilizada por meio da expansão de agroindústrias e realizar fortalecimento daquelas existentes no território;</li> </ul>                                                  |
|  | Pouco incentivo às vocações econômicas locais (Turismo, Artesanato, Extrativismo e etc); | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desvalorização da cultura local;</li> <li>- Êxodo rural;</li> <li>- Subutilização do potencial econômico regional;</li> </ul>     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a economia solidária com linhas específicas para comunidades tradicionais;</li> <li>- Articular ações com o Sistema “S” (Senar, Sebrae, Senai) para formação e fomento à atividade econômica sustentável;</li> <li>- Investir em cursos profissionalizando com enfoque nas potencialidades do território;</li> </ul> |

## 12. Conclusão

O presente diagnóstico social procurou fortalecer o conhecimento e a construção de metodologias de Grupos Tradicionais e Específicos (GPTE), no presente caso tratou das comunidades do Baixo Madeira, sob a perspectiva da vigilância socioassistencial. O caráter exploratório desta iniciativa buscou contribuir para compreensão da realidade social local, e também para o aperfeiçoamento dos instrumentos e abordagens voltadas à pesquisa com populações historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas. As evidências levantadas em campo revelam um quadro complexo de vulnerabilidades multidimensionais que afetam diretamente o cotidiano das famílias ribeirinhas, evidenciando a interdependência entre fatores ambientais, sociais, econômicos e institucionais. A degradação ambiental, provocada por práticas predatórias como o desmatamento e a exploração de madeira, somada à ausência de infraestrutura básica - como saneamento, transporte, habitação e saúde - impacta significativamente a segurança alimentar, a saúde coletiva, a qualidade de vida e a organização produtiva local. Acrescenta-se a esse cenário a baixa cobertura dos serviços socioassistenciais, especialmente voltados a públicos como idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, além da insuficiência de ações voltadas para o fortalecimento das organizações comunitárias e das atividades econômicas tradicionais. Problemas como tráfico de drogas, violência doméstica e o trabalho infantil também agravam a exposição das famílias a riscos sociais, comprometendo o pleno exercício de direitos e proteção social integral. Nesse sentido, a construção da matriz de vulnerabilidades e riscos sociais proposta neste diagnóstico não apenas sistematiza os principais desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas, como também orienta recomendações estratégicas voltadas à atuação intersetorial, à ampliação da escuta qualificada dos territórios e à construção de respostas públicas mais efetivas, territorializadas e sustentáveis. O fortalecimento da vigilância socioassistencial em território tradicionais exige, portanto, uma ação planejada, contínua e articulada, que reconheça a especificidade cultural, ecológica e social das populações tradicionais e que esteja comprometida com a garantia de direitos, o etnodesenvolvimento para superação das desigualdades históricas que marca esses territórios.

### 13. Referências Bibliográficas

ARRUDA, Selma Beatriz Sala de; ANDRADE, Leila Nalis Paiva da Silva; SOUZA, Célia Alves de; CRUZ, Jean da Silva; LEANDRO, Gustavo Roberto dos Santos. **Características Socioeconômicas dos Ribeirinhos no Rio Paraguai, Município de Cáceres, Pantanal Mato-Grossense - Brasil**. Geografia em questão. V. 07. N. 02. 2014.

BRASIL. MDS. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013;

BRASIL. NOB/SUAS. **Norma Operacional Básica da Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2012.

BRASIL. PNAS. **Política Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 11.016/2022**. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Publicado no Diário Oficial da União em 30/03/2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**. Institui a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no Diário Oficial da União em 08/02/2007.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Para Além da Identidade. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**. Rio de Janeiro: 2021.

JUNIOR, Luiz Cláudio Moreira Melo; SAYAGOB, Doris Aleida Villamizar; TOURINHO, Manoel Malheiros. **Sistemas sociais comunitários ribeirinhos na Amazônia: dinâmicas socioambientais em questão**. Sustentabilidade em Debate. Brasília, v.8, n.3, p.138-151, dezembro de 2017.

CAÑETE, Voyner Ravena; CAÑETE, Thales Maximilliano Ravena. **Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos**. Disponível em: [Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos](#), acesso em 30/04/2025.

CÔRTEZ, J. C. ; ALVES, J. D. G.; D'ANTONA, A. O. **Rede urbana na Amazônia e vulnerabilidades de populações tradicionais: desigualdades no contexto da gestão de áreas protegida**. In: X Congreso ALAP, 2022, Valparaíso, Chile. Anais do X Congreso da Asociación Latinoamericana de Población (ALAP), 2022.

COSTA, Carolina Silva; FERREIRA, Larissa; SILVA, Julia Maria dos Santos; MORELLI, Natasha Fischer; PEREIRA, Julia Martins; LOUZADA, Stella Mendes; RANIERI, Victor Eduardo. **Diagnóstico Socioambiental: Um retrato da Reserva Extrativista Lago do Cuniã**. Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia - NAPRA: 2020-2023.

COSTA, Carolina Silva; FERREIRA, Larissa; SILVA, Julia Maria dos Santos; MORELLI, Natasha Fischer; PEREIRA, Julia Martins; LOUZADA, Stella Mendes; RANIERI, Victor

Eduardo. **Diagnóstico Socioambiental: Um retrato da Comunidade de Nazaré.** Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia - NAPRA: 2020-2023.

COSTA, Carolina Silva; FERREIRA, Larissa; SILVA, Julia Maria dos Santos; MORELLI, Natasha Fischer; PEREIRA, Julia Martins; LOUZADA, Stella Mendes; RANIERI, Victor Eduardo. **Diagnóstico Socioambiental: Um retrato da Comunidade de São Carlos do Jamari.** Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia - NAPRA: 2020-2023.

DA-GLORIA, Pedro; PIPERATA, Barbara A. **Modos de vida dos ribeirinhos da amazônia sob uma abordagem biocultural.** FapUNIFESP, 2019, Ciência e Cultura, nº 2, p. 45-51.

FONSECA; Dante Ribeiro da. O Garimpo de Ouro no Rio Madeira durante a Década de 1980 Segundo a Percepção de um Garimpeiro. **Revista Afro & Amazônicos.** v.2.n.4.p.36-48. Porto Velho, 2021.

GUINATO, Rayssa Bernardi; ALVES, José Diogo Gobbo Alves; NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva do; PEREIRA, Heloísa Corrêa; CORRÊA, Dávila Suelen Souza; D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **Caracterização Socioeconômica de Comunidades Tradicionais do Mosaico do Baixo Rio Negro.** Terra Livre. São Paulo. Ano 38, V.2, n.61, jul-dez 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MONLEVADE, Ana Paula Bistafa; CAETANO, Edson. **Trabalho e Produção Associada em Comunidades Tradicionais: Experiências de Existências e Resistências.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 220-229, dez. 2017.

NEVES, Eduardo Goes. **Arqueologia da Amazônia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NETO, Francisco Rente. **A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões.** Cadernos de campo, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

NOGUEIRA, Oracy. **Problema social e Problema de Investigação.** Seminário sobre levantamentos de enfermagem, p. 416-423, Mayo, 1959.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Gláucia Dantas; VILHENA, Maria de Nazaré. As águas e os ribeirinhos - beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Margens Interdisciplinar,** Belém, Vol. 8, N. 11, p. 176- 197, 2014.

REIS, Marcelo Henrique da Silva; PORTUGAL, Jéssica Karoline Alves Portugal; CAMPOS, Genice Lemos; PEREIRA, Vanderson de Souza; JÚNIOR, José Carlos Ferreira Pinheiro; GERMANO, Sibebe Naiara Ferreira; SOUZA, Tanny Thaylle Gomes de; BARÃO, Évelyn Janaína da Silva; FREIRE, Nathalie Marinho; REIS, Yara da Silva dos. Características da população ribeirinha de um município do interior do Amazonas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde REAS** | Vol.13(11) | DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e9273.2021>, publicado em: 11/2021.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SCHERER, E. F. (2004b). **Mosaico Terra-Água: a vulnerabilidade social ribeirinha da Amazônia [Resumo].** In Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Org.). Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 8.

LÉVI-STRAUS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Simone Souza da Costa; SANTOS, Thamyris Maués dos; PONTES, Fernando Augusto Ramos; MALUSCHKE, Júlia Bucher. **Avaliação de Famílias Ribeirinhas: Uma proposta adaptada ao contexto**. Minas Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 4 (2), jul0dez, 2011, p. 253-263.

TEISSERENC, P. “**Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira**”. Antropolítica, n. 29. p.153-179. 2011.

XIMENES, D.A. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.